DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8174 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Incêndios no Pantanal estão quase 100% estão controlados

Geral Pág.06

Na última terça-feira (16), as ministras Simone Tebet, responsável pelo Orçamento e Planejamento, e Marina Silva, encarregada do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA), juntamente com o ministro Waldez Góes, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), dirigiram-se a Corumbá, no Mato Grosso do Sul, para supervisionar as ações de combate aos incêndios no Pantanal. Marina Silva destacou a importância de manter as equipes mobilizadas, mesmo com 56% dos 55 incêndios já controlados, 40% em processo de contenção e 4% ainda em combate, afirmando que é um momento significativo que merece reconhecimento. A ministra também mencionou que "estamos cientes de que, a partir do próximo final de semana, está prevista uma onda de calor que irá reduzir a umidade relativa do ar. Como resultado, existe o perigo de ocorrerem novos incêndios. Diante disso, é fundamental que o Corpo de Bombeiros, Ibama, ICMBio e demais envolvidos permaneçam alertas para proteger o Pantanal, preservar nossa biodiversidade e garantir a estabilidade de nossos sistemas econômicos, que estão sofrendo com a crise climática", afirmou.

(Foto: Divulgação/MPO)

"Vamos manter nossas equipes mobilizadas", afirmou a ministra Marina Silva ao apresentar os dados do combate aos incêndios florestais, em visita ao Mato Grosso do Sul.

Contexto Jurídico Pág.10

STJ nega liberdade para chefe do PCC e mantém decisão do regime semiaberto

Esportes Pág.08

De olho no futuro: Carille planeja reforços para lateral e meio-campo do Santos

Política Pág.03

Acordo adia para agosto votação da PEC de autonomia do BC na Câmara

Ainda sem acordo com o governo federal, a Câmara adiou para agosto a votação da PEC que outorga autonomia financeira e administrativa ao Banco Central, agora em tramitação na CCJ do Senado. Segundo o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), que concordou com o adiamento, ainda não há maioria na CCJ para aprovar a PEC.

Economia Pág.04

Receita deflagra operação contra sonegação de R$ 1 bi com venda de gado

A Receita Federal comandou ontem, 16, operação que cumpriu um mandado de prisão preventiva em Brasília e outros 50 de busca e apreensão nas cidades paulistas de Bálsamo, Cardoso, Macedônia, Rancharia, Santa Fé do Sul e Votuporanga, durante a Operação Rei do Gado, que investiga a sonegação de impostos na compra e venda de gado no valor de quase R$ 1 bilhão.

Esportes Pág.08

Real Madrid mostra que não tolera racismo: vitória na Justiça por ofensa a Vini Jr

Internacional Pág.05

EUA: republicanos projetam união do partido e atacam Biden por crise na fronteira

Política Pág.03

PF vê ligação entre 'Abin Paralela' e blogueiros bolsonaristas foragidos

Allan dos Santos é investigado nos inquéritos das fake News e das milícias digitais

(Foto: EBC)

Ao mergulhar na estrutura da arapongagem montada dentro da Agência Brasileira de Inteligência no governo Bolsonaro, Polícia Federal resgatou nomes conhecidos dos investigadores, suspeitos de espalharem fake news;

As informações da 'Abin Paralela' abasteceram os blogueiros bolsonaristas Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio, foragidos da Justiça e com ordem de prisão preventiva expedida pelo STF, segundo apontam as investigações da PF sobre o esquema de espionagem estatal montado em seu governo pelo ex-presidente Bolsonaro. A difusão de fake news em grupos infiltrados pela estrutura clandestina era "um estratagema utilizado para distanciar os responsáveis e beneficiários da eventual responsabilidade penal", disseram os investigadores. Allan dos Santos é investigado não só no inquérito das fake news, mas também no dos atos antidemocráticos, que se transformou na apuração sobre milícias digitais. O blogueiro teve suas contas nas redes sociais suspensas por ordem de Moraes, mas segue burlando a determinação por meio da criação de novos perfis e se valendo de diferentes plataformas.

Internacional Pág.05

EUA dizem ter detectado plano iraniano para matar Trump

Economia Pág.04

Importação de bens duráveis da China avança para 51% no 1º trimestre

Política Pág.03

Fachin prorroga prazo de suspensão da desoneração da folha até 11/9

Esportes Pág.08

Juventude abre mão e Roger Machado é o alvo número um do Inter

Economia Pág.04

IPC-Fipe recua para 0% na 2ª quadrissemana de julho

Política Pág.03

MG tem até 1º de agosto para renegociar dívida de R$ 160 bi com a União

Economia Pág.04

FMI prevê recuo do PIB brasileiro devido às enchentes no RS

Devido ao impacto econômico das enchentes que devastaram o RS, o FMI reduziu levemente sua projeção de alta do PIB brasileiro deste ano de 2,2%, na última tomada, para 2,1%. Ainda assim, a alta deve ficar acima do esperado para a região da América Latina e Caribe, de 1,9%, apontou o Fundo.

Leis e Projetos Pág.02

Microempresas agora podem ceder crédito do governo: Comissão aprova medida inovadora

BOLSA FAMÍLIA

O PROGRAMA PAGA

- No mínimo **R$ 600** por família
- **Mais R$ 150** para crianças de até 6 anos
- **Mais R$ 50** para crianças acima de 7 e jovens com menos de 18 anos

QUEM TEM DIREITO

- Famílias que tem renda per capita (por pessoa) que seja classificada na condição de pobreza ou de extrema pobreza.
- Também tem que estar com dados atualizados no Cadastro Único, base do governo com as pessoas em situação de vulnerabilidade.

CONDICIONANTES

Os beneficiários vão ter que arcar com contrapartidas, como:

- Manter crianças e adolescentes na escola
- Fazer acompanhamento pré-natal (no caso de gestantes)
- Manter as carteiras de vacinação atualizadas

COMO SE INSCREVER

- A inscrição para receber o Bolsa Família pode ser feita em um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) — os postos de atendimento dos municípios
- Para receber, os beneficiários precisam se inscrever no Cadastro Único (CadÚnico)

FONTE Governo Federal ® INFOGRAFFO

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE

Doenças respiratórias disparam fortemente com clima seco
https://shre.ink/Defz

Internacional Pág.05

El Salvador prendeu e torturou menores em meio a repressão de gangues, diz Human Rights Watch

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,83%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,7065%
Taxa básica financeira - TBF	0,7065%
Ibovespa (pontos)	128.854
Poupança (mês)	0,51%
CDB pré 30 dias - ano	10,27%
CDB pré 90 dias - ano	10,00%
CDI acumulado - mês	0,24%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,0310/R$ 5,0310
Dolar turismo	R$ 5,0600/R$ 5,2400
Euro turismo	R$ 5,4620/R$ 5,4620

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Medida provisória autoriza transferência de recursos para reforma de escolas no RS

A Medida Provisória 1242/24 autoriza o governo federal a transferir recursos financeiros para reformar escolas públicas de educação básica no Rio Grande do Sul. Publicada no Diário Oficial da União em 12 de julho, a MP visa beneficiar as unidades que tiveram suas estruturas comprometidas pelas enchentes que atingiram o estado.

De acordo com o texto, terão acesso a esses recursos as escolas públicas de educação básica localizadas em áreas afetadas, nos municípios com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecido pelo governo federal, conforme delimitação georreferenciada estabelecida em resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O repasse de recursos será condicionado à assinatura de um termo de compromisso pelo estado do Rio Grande do Sul ou pelos municípios, conforme resolução do Conselho Deliberativo do FNDE.

Os recursos serão repassados em caráter emergencial, conforme o Decreto Legislativo 36/24. As despesas decorrentes dessa medida provisória são discricionárias e serão cobertas pelas dotações orçamentárias do Ministério da Educação, mediante previsão orçamentária específica.

Transtorno alimentar atinge cerca de 15 milhões de brasileiros, revela pesquisador em audiência na Câmara

Uma em cada vinte pessoas no Brasil sofre de algum transtorno alimentar, e um dos fatores que contribuem para essa condição é a comparação que os jovens fazem entre si e com perfis exibidos nas redes sociais, a maioria fora da realidade. O aumento dos casos de transtornos alimentares em adolescentes e jovens foi discutido na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Uma pesquisa realizada em 16 países, incluindo o Brasil, e citada na audiência pública, revela que um em cada cinco jovens de 6 a 18 anos tem transtorno alimentar. Entre as mulheres, esse número chega a um terço.

Transtornos alimentares são condições psiquiátricas caracterizadas por alterações persistentes nos hábitos alimentares ou comportamentos relacionados à alimentação. Os casos mais comuns são anorexia e bulimia.

A Associação Brasileira de Psiquiatria estima que mais de 70 milhões de pessoas no mundo têm algum distúrbio alimentar. No Brasil, seriam 15 milhões de pessoas, segundo Táki Cordás, coordenador do programa de transtornos alimentares do Hospital da Universidade de São Paulo (USP). Ele afirmou que 1% da população brasileira sofre de anorexia nervosa.

"Chegamos a ver pacientes com 1,60m, 1,70m pesando 25 kg, 30 kg. Basta dizer que o índice de mortalidade de pacientes com anorexia nervosa pode chegar a 20%", disse Cordás.

A bulimia nervosa, que afeta 1,5% da população, não é tão facilmente detectada quanto a anorexia, pois não causa muitas alterações visíveis no corpo. O sintoma mais evidente é a compulsão alimentar.

"Pacientes com bulimia nervosa usam um procedimento chamado purgativo, que é o vômito, após episódios de compulsão. Os vômitos podem ocorrer de duas a dez vezes ao dia. Obviamente, isso representa um risco elevado de morte, pois há perda de substâncias essenciais, como potássio", explicou Cordás.

Táki Cordás alertou que as redes sociais deveriam banir páginas sobre emagrecimento, pois cada vez mais adolescentes e até crianças desenvolvem transtornos alimentares. Segundo Mireille Almeida, diretora-executiva da Associação Brasileira de Transtornos Alimentares, isso afeta cada vez mais pessoas em idades mais jovens.

Comissão aprova obrigatoriedade de teste de autismo em crianças com 2 anos

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que torna obrigatório o teste M-CHAT/R-F para o diagnóstico do transtorno do espectro autista (TEA) em todas as crianças de 2 anos de idade.

O texto altera a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Atualmente, existem cerca de 30 instrumentos de triagem catalogados, sendo o mais conhecido o M-CHAT/R-F (Questionário Modificado para a Triagem do Autismo em Crianças entre 16 e 30 meses, Revisado, com Entrevista de Seguimento), recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria desde 2017.

O M-CHAT/R-F é composto por 23 perguntas que devem ser respondidas por pais ou responsáveis. O teste é auto-aplicável, simples e apresenta alta sensibilidade e especificidade.

Parecer pela aprovação - O texto aprovado foi apresentado pelo relator, deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), em substituição ao Projeto de Lei 443/24, do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), e ao apensado (PL 1362/24).

Segundo o relator, nem todos os pais percebem precocemente alterações no desenvolvimento da criança. "Existe consenso de que o tratamento do TEA deve ser precoce, pois, assim, seriam possíveis melhorias cognitivas e comportamentais significativas, o que se traduz em maior independência para as atividades de vida diária, resultando em melhor qualidade de vida para essas pessoas e seus familiares", observou.

Próximos passos - O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

Comissão aprova microempresa ceder a terceiro crédito de pagamento do governo

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que permite às micro e pequenas empresas ceder seus créditos a terceiros, mesmo sem a concordância do devedor. Essa cessão terá efeito cinco dias úteis após o pedido da empresa junto ao órgão devedor, caso o valor ainda não tenha sido recebido.

A cessão pode ocorrer se o pagamento não for realizado dentro de 30 dias após a emissão da nota fiscal. Atualmente, o Estatuto da Micro e Pequena Empresa permite que a cédula seja emitida pela empresa credora.

A proposta também estabelece condições preferenciais para que micro e pequenas empresas recebam o pagamento em até 30 dias após a emissão da nota fiscal em casos de licitações. Além disso, garante que o contrato poderá ser encerrado por atrasos de pagamento pela administração.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 137/19, do senador Flávio Arns. O texto original obrigava os órgãos públicos em dívida com micro ou pequenas empresas a emitir uma cédula de crédito como promessa de pagamento.

(Foto: Renato Araujo/Câmara dos Deputados)

Augusto Coutinho, relator da proposta na comissão.

Segundo Coutinho, essa medida poderia incentivar as administrações federal, estaduais e municipais a não efetuarem os pagamentos no prazo estipulado. "Estaria sendo viabilizado que os pagamentos decorrentes desses empenhos liquidados e não pagos sejam postergados, ao invés de antecipados ou pagos na data correta", afirmou.

Juros - O atraso no pagamento para micro e pequenas empresas acarretará uma multa de 2% sobre o valor do contrato à administração pública, além da taxa Selic como juros de mora e correção monetária. Essa previsão será incluída na Lei de Licitações.

Coutinho destacou a importância de buscar medidas que minimizem os atrasos de pagamento. "É absolutamente inadmissível que uma micro ou pequena empresa tenha de encerrar suas atividades devido à inadimplência da administração."

Próximos passos - O PLP 137/19 ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Depois, seguirá para o Plenário.

Reforma tributária: texto aprovado prevê restrições à compra de veículo por pessoa com deficiência

(Foto: Depositphotos)

Carro adaptado a pessoa com deficiência.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que regulamenta a reforma tributária, impõe restrições à compra de veículos com alíquota zero do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) por pessoas com deficiência. Atualmente, essas restrições não existem para as isenções de IPI e IOF.

Embora o projeto mantenha a lista de condições de deficiência física, auditiva e visual do decreto que regulamenta o acesso à isenção atual, ele restringe o direito ao excluir deficiências físicas que "não produzam dificuldades para o desempenho de funções locomotoras da pessoa".

Outra novidade é que essas deficiências só darão direito à isenção de IBS e CBS se comprometerem partes do corpo que afetem a segurança ao dirigir, "acarretando o comprometimento da função física e a incapacidade total ou parcial para dirigir".

Nas normas atuais para isenção de IPI, a pessoa não pode ter acesso ao desconto se a deficiência "não produzir dificuldades para o desempenho de funções".

Além disso, pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) com prejuízos na comunicação social e padrões repetitivos de comportamento de nível de suporte 1 (leve) não terão direito ao benefício, remetendo à legislação o conceito. Atualmente, as normas não diferenciam entre os níveis de suporte (1 a 3), pois a classificação de pessoa com TEA envolve uma avaliação individualizada de capacidades.

O valor do benefício passa de R$ 120 mil para R$ 150 mil, excluídos os custos de adaptação do veículo, se necessário.

Para os taxistas, não há mudanças em relação às regras atuais sobre isenção de IPI e IOF.

Projeto facilita acesso de pessoas com autismo a tratamento com canabidiol

O Projeto de Lei 2041/24 cria programa para facilitar o acesso de pessoas com autismo a tratamentos à base de canabidiol. A Câmara dos Deputados analisa a proposta. Segundo o texto, para ter acesso gratuito aos medicamentos com canabidiol pelo Sistema Único de Saúde (SUS), os pacientes deverão estar cadastrados no Programa Nacional de Facilitação ao Acesso de Tratamentos à Base de Canabidiol (CBD) para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para o cadastramento, serão exigidos: • laudo de profissional habilitado com justificativa e prescrição para o uso de medicamento não registrado no Brasil em comparação com as alternativas terapêuticas já existentes registradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); • prescrição médica contendo o nome do paciente e do medicamento, a posologia, o quantitativo necessário, o tempo de tratamento, a data, assinatura e o número do registro do profissional; e • uma declaração de responsabilidade e esclarecimento do paciente para a utilização do medicamento.

O programa será coordenado pelo Ministério da Saúde com a colaboração da Anvisa. Resultados promissores "Pesquisas recentes têm mostrado resultados promissores sobre o uso do CBD em pacientes com TEA. Estudos em modelos animais e estudos abertos em humanos sugerem que o CBD pode levar a melhorias nas interações sociais, na comunicação verbal e na redução de comportamentos agressivos e hiperativos", argumenta o autor, deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI).

(Foto: Renato Araujo/Câmara dos Deputados)

Jadyel Alencar é o autor da proposta.

"Além disso, há cada vez mais decisões judiciais que concedem o direito ao tratamento do TEA a base de canabidiol pelo Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando a necessidade de se regulamentar e facilitar o acesso a esses tratamentos no Brasil."

Próximos passos A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Saúde; de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

CCJ do Senado adia votação da PEC da autonomia financeira do BC

Para tentar chegar a um acordo com o governo federal, ficou para agosto a votação da Proposta de Emenda à Constituição 65/2023 (PEC) que concede autonomia financeira e administrativa ao Banco Central (BC). A PEC está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Em sessão de ontem (17), os senadores da comissão anunciaram um acordo para adiar a votação.

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), concordou com o adiamento da votação, argumentando que não haveria maioria na CCJ para aprovar a PEC. "A expectativa era de um placar empatado. A expectativa de placar mostrou que os próprios colegas ainda não têm uma maioria consolidada. Bom, então se abriu esse período [para mais negociações]", acrescentou.

(Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

O senador Jaques Wagner (PT-BA) observou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não é contra a autonomia administrativa e financeira do BC, mas a forma com que essa autonomia seria concedida.

O senador lembrou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não é contra a autonomia administrativa e financeira do BC, mas a forma com que essa autonomia seria concedida.

"Às vezes dizem que o problema, o diabo, mora no detalhe. É esse detalhe que aprisionou [a tramitação da matéria]", disse o senador. O governo é contrário à transformação do Banco Central em empresa pública.

A PEC em análise transforma o BC de uma autarquia federal vinculada, mas não subordinada ao Ministério da Fazenda, em uma empresa pública, com natureza especial, devido ao exercício de atividade estatal, passando a ter personalidade jurídica de direito privado.

Os senadores favoráveis à PEC concordaram com o adiamento da matéria, como a senadora Tereza Cristina (PP-MS). "Eu acho que merece mais discussão. Se nós conseguirmos chegar a um acordo que não desfigure o relatório, eu acho muito bom", disse.

'Tem grampo até na cueca': PF liga Abin Paralela a alvos do inquérito das fake news

(Foto: Alessandro Dantas/Agência Senado)

Foragidos, os blogueiros Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio sempre evocaram a "liberdade de expressão"

Ao estabelecer ligações entre os achados da Operação Última Milha - investigação sobre a Abin Paralela - e outros inquéritos que tramitam ou já circularam pelo Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal resgatou nomes conhecidos dos investigadores, aliados de Bolsonaro, todos investigados por supostamente espalharem fake news.

Os investigadores apontam como as informações da Abin Paralela abasteceram os blogueiros bolsonaristas Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio, foragidos da Justiça - contra eles pesa ordem de prisão preventiva expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Até a publicação deste texto, a reportagem buscou contato com os foragidos, mas sem sucesso. O espaço está aberto para manifestações.

Ao longo das investigações que os atingem, Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio evocaram "liberdade de expressão" e se disseram "perseguidos". Também chegaram a pedir asilo político em outros países.

Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio atuavam como 'vetores da desinformação', segundo a PF. Eles eram municiados com informações da Abin paralela.

Segundo os investigadores, a difusão de fake news em grupos infiltrados pela estrutura clandestina era "um estratagema utilizado para distanciar os responsáveis e beneficiários da eventual responsabilidade penal".

A atuação de Allan dos Santos de Oswaldo Eustáquio foi usada pela PF para argumentar que a organização criminosa investigada na Operação Última Milha permanece ativa, tendo em vista as "campanhas de desinformação promovidas por foragidos".

Allan dos Santos é investigado não só no inquérito das fake news, mas também no inquérito dos atos antidemocráticos, que se transformou na apuração sobre milícias digitais. O blogueiro teve suas contas nas redes sociais suspensas por ordem de Moraes, mas segue burlando a determinação, segundo a PF, por meio da criação de novos perfis e se valendo de diferentes plataformas.

STF prorroga até setembro prazo de suspensão da desoneração da folha

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou até 11 de setembro a suspensão do processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027.

O pedido de prorrogação foi feito terça-feira (16) pelo Senado Federal e pela Advocacia-Geral da União (AGU), que pretendem utilizar o prazo para encerrar as negociações entre o governo federal e parlamentares para um acordo envolvendo a compensação financeira da União pela desoneração dos setores. Na tarde de ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou o adiamento da votação da proposta sobre a compensação das perdas.

(Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil)

Ministro Edson Fachin atendeu pedido do Senado e da AGU.

No dia 25 de abril, o ministro Cristiano Zanin, relator do processo, concedeu liminar para suspender a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento. O ministro entendeu que a aprovação da desoneração pelo Congresso não indicou o impacto financeiro nas contas públicas.

No mês seguinte, Zanin acatou pedido da AGU e suspendeu a desoneração por 60 dias para permitir que o Congresso e o governo cheguem ao acordo de compensação.

Fachin proferiu a decisão na condição de vice-presidente da Corte. Devido ao recesso de julho, cabe ao presidente em exercício decidir questões urgentes.

Na decisão, Fachin entendeu que o governo e os parlamentares devem ter o tempo necessário para a construção do acordo.

STF: Fachin estende até 1º de agosto prazo para MG aderir ao Regime de Recuperação Fiscal

O ministro Edson Fachin, vice-presidente do STF, estendeu até 1º de agosto o prazo para Minas Gerais aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A nova prorrogação dá mais tempo para o governo mineiro renegociar uma dívida de cerca de R$ 160 bilhões com a União. Fachin atua no regime de plantão da Corte na primeira metade de julho, mês de recesso no Judiciário.

O prazo de adesão ao RRF se encerraria nesta sexta-feira, 19 de julho, após duas prorrogações concedidas pelo relator, Kássio Nunes Marques, desde dezembro. O Estado pediu uma nova extensão diante da discussão de um projeto de lei (PL) de renegociação das dívidas dos Estados no Congresso. O PL foi apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG),

Depois de realizar audiências com as partes, Fachin entendeu que o Estado não tomou "precisamente todas as medidas que a União apontou como indispensáveis", mas ponderou que negar uma prorrogação durante o recesso do Judiciário "pode trazer consequências mais severas do que postergar por alguns dias o lapso temporal fixado pelo relator".

Fachin atendeu parcialmente ao pedido do governador Romeu Zema (Novo) e do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Tadeu Martins Leite (MDB), que queriam uma prorrogação até 28 de agosto, data prevista para o plenário da Corte retomar julgamento de ação sobre o tema.

Bene Camacho assume cadeira de Eliziane Gama no Senado

Após a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) se afastar do mandato para assumir a Secretaria estadual da Juventude no Maranhão, seu segundo suplente, Bene Camacho (PSD-MA), vai ocupar o cargo no Senado até o retorno da titular. Ele tomou posse como senador em exercício na última terça-feira, 16.

A passagem de Bene Camacho pelo Congresso deve ser curta. Ainda que a licença parlamentar para ocupar cargos políticos não tenha limite de prazo para afastamento, Eliziane afirma que deve retomar o mandato no começo de outubro.

Cardiologista e ex-deputado federal, Bene André Camacho Araújo tem 66 anos e é natural de Ibirarema (SP), mas fez carreira política e profissional em Imperatriz, no Maranhão.

Não é a primeira vez que o político preenche a vaga de um parlamentar que se licenciou no Congresso. Entre outubro de 2009 e março de 2010, Camacho assumiu como deputado federal no lugar do também suplente Costa Ferreira (PSC-MA). De 2011 a 2015, retornou à Câmara em virtude do licenciamento do deputado Pedro Fernandes (União).

Durante o discurso de posse, o novo senador afirmou que a pauta ambiental será a prioridade da sua passagem na Casa. "Como senador do Maranhão, que faz parte da Amazônia Legal, empenharei todos os meus esforços para colocar em evidência a emergência climática atual. Quero registrar a importância de ser instalada uma Comissão da Amazônia na Casa", disse. Primeiro suplente da cadeira, Pedro Fernandes, prefeito na cidade maranhense de Arame, decidiu não deixar o comando do município para legislar no Senado. Pré-candidato à reeleição, ele enviou um carta ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dizendo que recusaria o cargo por "motivos pessoais".

Bolsas da Europa fecham mistas com setor de chips e Antofagasta em queda; Londres sobe

As principais bolsas europeias fecharam em rumos distintos ontem, 17, com Paris e Frankfurt mantendo o tom negativo da semana, em meio a uma forte queda de ações de semicondutores e cautela antes da reunião do Banco Central Europeu (BCE) na quinta-feira, 18. Londres destoou com ganhos após o governo trabalhista apresentar vários projetos com a intenção de "tirar os freios do Reino Unido". Entre as ações individuais, a Antofagasta foi um dos destaques negativos em Londres após corte de previsão de produção de cobre.

Em Paris, o índice CAC 40 cedeu 0,12%, aos 7.570,81 pontos. Em Frankfurt, o DAX registrou queda de 0,40% aos 18.443,62 pontos. As cotações são preliminares.

O mau humor no setor de tecnologia veio após relatos de que o governo dos EUA está considerando aplicar as restrições comerciais mais severas se empresas de chips como a ASML Holding e a Tokyo Electron continuarem dando à China acesso à tecnologia avançada de semicondutores.

Em Amsterdã, a ASML perdeu 10,9%, arrastando outros fabricantes de semicondutores, caso da ASM International (-7,95%) e da BE Semiconductor (-6,65%).

Em Londres, o FTSE subiu 0,28%, aos 8.187,46 pontos. Em evento, o rei Charles III abriu formalmente o novo parlamento lendo os planos de seu novo primeiro-ministro, Keir Starmer, cuja vitória eleitoral esmagadora encerrou uma era de 14 anos de governo conservador. As promessas incluem a de nacionalizar as ferrovias britânicas e enfrentar a crise imobiliária.

A Antofagasta não conseguiu se beneficiar do clima positivo e caiu 5,64% em Londres.

Os investidores se preparam para a reunião do BCE, após dados confirmarem que a inflação ao consumidor (CPI) na zona do euro desacelerou. No Reino Unido, o CPI anual ficou em 2% em junho, mesmo nível de maio, ante previsão de desaceleração.

É preciso de mais mulheres no governo para que a gestão fique melhor, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, 17, que o governo precisa de mais mulheres. Atualmente, há nove no ministério do petista. No começo da gestão, em janeiro de 2023, eram 11 mulheres - Ana Moser foi demitida do Ministério do Esporte para dar lugar a André Fufuca e Daniela Carneiro saiu da pasta do Turismo, hoje ocupada por Celso Sabino.

"Quero cumprimentar nossa querida companheira Esther Dweck ministra da Gestão, que é outra companheira que faz jus à gente ter trazido mais mulheres para o governo e faz a gente ter a ideia de que é preciso de mais mulheres no governo para que a gestão fique melhor", declarou o petista em discurso no encerramento da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O petista disse que sua mulher, Janja Lula da Silva, o instruiu a tomar cuidado com as palavras em seu discurso porque a plateia do evento tem "sensibilidade aguçada". O presidente afirmou que precisa aprender com os presentes na solenidade sobre como se direcionar às pessoas com deficiência.

Lula também disse que governantes precisam de fiscalização, no sentido de ser importante para o governo as cobranças da sociedade civil.

"Uma pessoa com deficiência não está impossibilitada de nada. Muito menos de dizer o que pensa, o que deseja, e fazer as críticas necessárias que tem que fazer aos governantes. Porque governantes precisa de fiscalização, governante precisa de acompanhamento", declarou o petista.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

Com chuvas no Sul, FMI vê PIB brasileiro menor este ano

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu ligeiramente sua projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano devido ao impacto econômico das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o organismo vê o País crescendo mais em 2025, justamente em consequência da recuperação do Estado depois dos danos causados pelas chuvas.

Agora, o Fundo estima que o PIB brasileiro terá expansão de 2,1% em 2024, abaixo da sua projeção anterior, de 2,2%, conforme a atualização do seu relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), publicado terça-feira, 16.

Ainda assim, o crescimento do País neste ano deve ficar acima do esperado para a região da América Latina e Caribe, de 1,9%, mas abaixo da alta de 4,3% prevista para mercados emergentes e em desenvolvimento.

Segundo o FMI, o crescimento menor neste ano reflete o impacto de curto prazo das enchentes. "No entanto, o crescimento foi revisado para cima em 2025 para o Brasil para refletir a reconstrução após as enchentes e fatores estruturais de suporte (por exemplo, aceleração na produção de hidrocarbonetos)", diz o FMI, em seu relatório.

Para 2025, o organismo vê o Brasil acelerando o passo, com a economia crescendo a uma taxa de 2,4%, acima da projeção de abril, de alta de 2,1%.

Importação de bens duráveis da China sobe para 51% no 1º trimestre, diz FGV/Icomex

A piora no saldo da balança comercial em junho - uma queda de US$ 3,4 bilhões em relação a junho de 2023 -, se deve ao recuo em valor de 1,9% nas exportações e aumento de 14,4% nas importações, mostrou o Índice de Comércio Exterior (Icomex) da Fundação Getulio Vargas (FGV) publicado ontem, 17. O aumento das importações de bens duráveis da China foi destaque do mês, representando mais da metade das importações brasileiras, destacou a FGV.

A análise da pauta brasileira de importações da China por categoria de uso na base de dados do Icomex mostra que, no primeiro semestre de 2022, a China explicava 19,2% das importações totais do Brasil de bens duráveis. No primeiro semestre de 2024, esse porcentual subiu para 51%.

"As perspectivas para a balança comercial não apresentam novas tendências, exceto um possível efeito negativo com as notícias sobre o menor crescimento chinês. Isso poderá reduzir a demanda por importações da China e, ao mesmo tempo, intensificar a venda de produtos chineses no mercado internacional, o que tem aumentado o número de medidas protecionistas no mundo contra o país", avaliou a FGV.

A liderança nas importações, em termos de volume, foi da China, e o principal produto importado foram veículos de passageiros, com aumento de 924%, em valor, e participação de 8,8% na pauta.

Haddad diz que Lula reforçou compromisso com arcabouço e que regras permitem déficit de 0,2%

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou as declarações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade de ser convencido a cortar gastos e sobre não haver problema em registrar um déficit de 0,1% ou 0,2% nas contas públicas do País. Haddad esclareceu que a divulgação da fala do presidente, feita em entrevista à TV Record, se deu de uma forma "descontextualizada" e reiterou ainda o compromisso do chefe do Executivo com o cumprimento do arcabouço fiscal.

"O problema é que quando você solta uma frase descontextualizada, você gera desnecessariamente uma especulação em torno do assunto. Eu colhi algumas frases, não tinha visto a entrevista ainda, liguei para a Secom (Secretaria de Comunicação) e pedi a íntegra da resposta", disse Haddad aos jornalistas. A declaração de Lula foi feita em entrevista à Record, em trecho noticiado há pouco pelo portal de notícias R7. A íntegra será divulgada nesta noite pela emissora.

No trecho divulgado, Lula disse que não há problema em o déficit do País ser zero, 0,1% ou 0,2%. Ele também afirmou ser aceitável não cumprir a meta fiscal se houver coisas mais importantes para serem feitas. "Você não é obrigado a estabelecer uma meta e cumpri-la se você tiver coisas mais importantes para fazer", afirmou Lula. Em outro trecho, o chefe do Executivo disse ainda que precisa ser convencido sobre a necessidade de cortar gastos e que a única coisa fora de controle na economia brasileira é a taxa de juros.

Haddad minimizou a declaração e reforçou apenas que o presidente reiterou seu compromisso com o arcabouço fiscal. "A lei é deste governo. Ele (Lula) falou 'vou fazer o possível para cumprir o arcabouço fiscal porque não cheguei agora na presidência, já tenho dois governos entregues e aprendi a administrar as contas da minha casa e do País com a mesma seriedade e tranquilidade", afirmou.

O ministro também disse que uma meta primária de déficit de 0,1% ou 0,2% estaria dentro da banda de tolerância permitida pelo arcabouço.

Haddad voltou a dizer ainda que "possivelmente" haverá bloqueio e contingenciamento no anúncio do relatório bimestral de receitas e despesas, que será divulgado na próxima segunda-feira, 22. Ele esclareceu que o número, no entanto, não foi ainda levado ao presidente Lula. Segundo ele, a Junta de Execução Orçamentária (JEO) deve se reunir nesta semana para tratar do tema e divulgar o quadro fiscal ao chefe do Executivo na semana que vem.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

MAIO/24

SETOR RECUA EM NOVE DOS 15 LOCAIS PESQUISADOS

VARIAÇÃO (%)

(*) Com ajuste sazonal

Locais	Mai/24 Abr/24*	Mai/24 Mai/23	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses
Amazonas	-5,3	-5,0	3,6	-0,5
Pará	12,6	-1,1	-1,6	2,8
Região Nordeste	3,6	3,1	0,4	-1,8
Ceará	-4,5	2,6	6,5	-0,8
Pernambuco	-3,7	3,5	3,1	4,2
Bahia	8,2	6,8	2,6	0,7
Minas Gerais	-3,3	-5,0	1,0	1,4
Espírito Santo	-10,2	-6,4	3,6	13,4
Rio de Janeiro	0,1	5,0	5,5	6,7
São Paulo	-0,2	0,7	3,6	0,5
Paraná	-1,7	-2,1	0,1	2,6
Santa Catarina	-0,5	5,8	6,4	3,2
Rio Grande do Sul	-26,2	-22,7	-1,1	-2,7
Mato Grosso	0,6	2,3	5,6	8,0
Goiás	1,3	8,5	10,2	10,2
Brasil	**-0,9**	**-1,0**	**2,5**	**1,3**

FONTE IBGE — ® INFOGRAFFO

Fipe reduz projeção de IPC de julho, de 0,23% para 0,12%, diz coordenador

(Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

Alimentos in natura têm registrado significativos recuos, com destaque para itens como tomate (-20,52%); verduras (-4,98%) e frutas (-3,56%).

O coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (IPC-Fipe), Guilherme Moreira, reduziu sua projeção para o fechamento do indicador em julho, de 0,23% para 0,12%. A mudança ocorre na esteira da divulgação do resultado do índice na segunda quadrissemana do mês, que registrou variação zero, com recuo de 0,50% no grupo dos alimentos.

Moreira destaca que os alimentos in natura têm registrado significativos recuos, com destaque para itens como tomate (-20,52%); verduras (-4,98%) e frutas (-3,56%). "É uma questão muito da demanda do período. Com o frio as pessoas tendem a consumir menos esses alimentos, e em um momento em que a oferta se recupera, justamente pelo clima melhor para a produção", detalha.

O coordenador também destaca que os alimentos industrializados, que vieram um pouco pressionados nas últimas leituras, têm consolidado uma trajetória de desaceleração. "Parece que houve uma pressão pontual, em parte também pelo câmbio pressionado em algum momento, mas que agora se dissipa", diz o coordenador. Ele também cita que, ao menos no que se refere à inflação, os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul parecem já superados.

Houve, por outro lado, na segunda quadrissemana do mês, pressão por parte das tarifas de água e esgoto (5,02%), como reflexo do reajuste aprovado na cidade de São Paulo, salienta Moreira. Se não fosse o efeito desse reajuste, ele diz, a variação do IPC-Fipe no período seria negativa.

Dado esse cenário benigno, Moreira pontua que "não se surpreenderia" se a inflação medida pelo IPC encerrar o mês com variação ainda mais baixa que a prevista pela Fipe, com possibilidade do indicador registrar variação nula em julho.

Grupo Alimentação tem deflação em julho e ajuda desaceleração do IGP-10, afirma FGV

(Foto: Walter Campanato/Agência Brasil)

Preço dos alimentos foram os únicos em queda dentro do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em julho, cedendo 0,12%, depois de ter subido 0,92% em junho

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) teve uma variação positiva de 0,45% em julho, quase a metade do que havia registrado no mês anterior, quando subiu 0,83%. De acordo com o economista do Instituto de Economia da FGV/IBRE, André Braz, a maioria dos índices que compõem o IGP-10 desaceleraram de junho para julho, apesar dos efeitos sazonais e da desvalorização mais acentuada do real em relação ao dólar.

"No âmbito do produtor, a queda nos preços dos alimentos in natura contribuiu para essa desaceleração. No IPC, índice que mede a variação do custo de vida, esse efeito também foi registrado, resultando em deflação no grupo alimentação. Finalmente, no INCC, tanto materiais quanto mão de obra apresentaram menor aumento em julho", destacou Braz.

O grupo Alimentação foi o único em queda dentro do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em julho, cedendo 0,12%, depois de ter subido 0,92% em junho. Já o conjunto de preços de Transportes perdeu um pouco da força este mês, registrando alta de 0,28%, contra 0,37% em junho. O índice, porém, pegou impacto de apenas dois dias dos aumentos da gasolina e do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), realizados pela Petrobras em 9 de julho.

Ainda no IPC, Vestuário passou de queda de 0,2% em junho para alta de 0,18% em julho, enquanto a Habitação subiu 0,14% em julho, contra 0,52% no mês anterior.

IPA - Dentro do Índice de Preços do Produtor Amplo (IPA), que desacelerou de 0,88% para 0,49% entre junho e julho, o comportamento dos Bens Finais - que cederam de uma alta de 1,09% para 0,07% na mesma comparação -, também foi influenciado principalmente pelo subgrupo de alimentos in natura, que viu a taxa variar de alta de 3,30% para queda de 3,99%.

No grupo de Bens Intermediários, ainda no IPA, a taxa variou de 0,77% em junho para 0,44% em julho, impulsionado pelo recuo nos preços do subgrupo de materiais e componentes para a manufatura, que passou de 1,30% para 0,42%.

Receita investiga sonegação de quase R$ 1 bilhão em venda de gado

A Operação Rei do Gado deflagrada na manhã de ontem (17) pela Receita Federal apura a sonegação de impostos na compra e venda de gado no valor de quase R$ 1 bilhão.

Com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Ministério Público do Estado do Maranhão, a operação cumpriu um mandado de prisão preventiva em Brasília e outros 50 mandados de busca e apreensão em seis cidades paulistas: Bálsamo, Cardoso, Macedônia, Rancharia, Santa Fé do Sul e Votuporanga. As buscas ocorreram também em cidades do Maranhão, Minas Gerais e nas capitais Palmas e Goiânia.

A investigação busca provas sobre um esquema de sonegação fiscal envolvendo as vendas fraudulentas de gado. As transações, ocorridas entre julho de 2020 e abril de 2023, somam quase R$ 1,4 bilhão. A Receita estima que cerca de R$ 300 milhões corresponderiam à sonegação de impostos federais na compra e venda de quase 450 mil bovinos nos estados de São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, além do Distrito Federal.

As autoridades também autorizaram a suspensão judicial de servidores públicos que estariam envolvidos no esquema criminoso e ainda determinaram o sequestro e o bloqueio de bens dos envolvidos, num valor equivalente a R$ 67 milhões.

O esquema de sonegação envolvia quatro núcleos distintos, cada um com uma atribuição específica: um era formado por servidores públicos que auxiliavam na inserção de dados falsos em sistemas oficiais de mensuração de impostos a pagar; um outro formado por contadores responsáveis pela emissão de Notas Fiscais Avulsas, que eram falsas; o terceiro composto por pessoas "laranjas", que emprestavam o nome e o CPF para outras, que constavam como remetentes e emissoras de quase 7 mil Notas Fiscais Avulsas, sendo todas falsas. Já o quarto núcleo envolvia compradores de gado e transportadores de animais para abate, em frigoríficos no estado de São Paulo.

ANTT reajusta piso mínimo do frete rodoviário de 1,28% a 1,59%

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) reajustou o piso mínimo do frete rodoviário de 1,28% a 1,59%, variando conforme a categoria. A nova tabela está em vigor desde a última sexta-feira conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU), informou a ANTT em nota. O reajuste integra a política de atualização semestral do piso mínimo de frete da agência reguladora.

Para transporte rodoviário de carga lotação, a alta média foi de 1,59%. Para operações em que haja a contratação apenas do veículo automotor de cargas, o aumento médio foi de 1,58%, enquanto para transporte rodoviário de carga lotação de alto desempenho a alta foi de 1,46%.

Já para operações em que haja a contratação apenas do veículo automotor de cargas de alto desempenho o incremento chegou a 1,28%, em média.

A ANTT informou que considerou na revisão ordinária a inflação de 2,84% acumulada de dezembro de 2023 a maio de 2024, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A ANTT considerou também o valor médio do diesel S10 na bomba, de R$ 5,94 por litro para a atualização dos valores mínimos, apurado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), como média nacional referente à semana encerrada em 29 de junho. A atualização levou em conta também as distâncias e as especificidades das cargas transportadas.

Pela legislação, a ANTT deve reajustar os valores do frete sempre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5%, para mais ou para menos em relação ao valor de referência da tabela em vigor, e semestralmente.

A lei 13.703 foi sancionada no governo Temer como uma das respostas à greve de caminhoneiros que parou o País em maio de 2018. A atualização anterior havia sido feita em janeiro, pela modalidade semestral.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

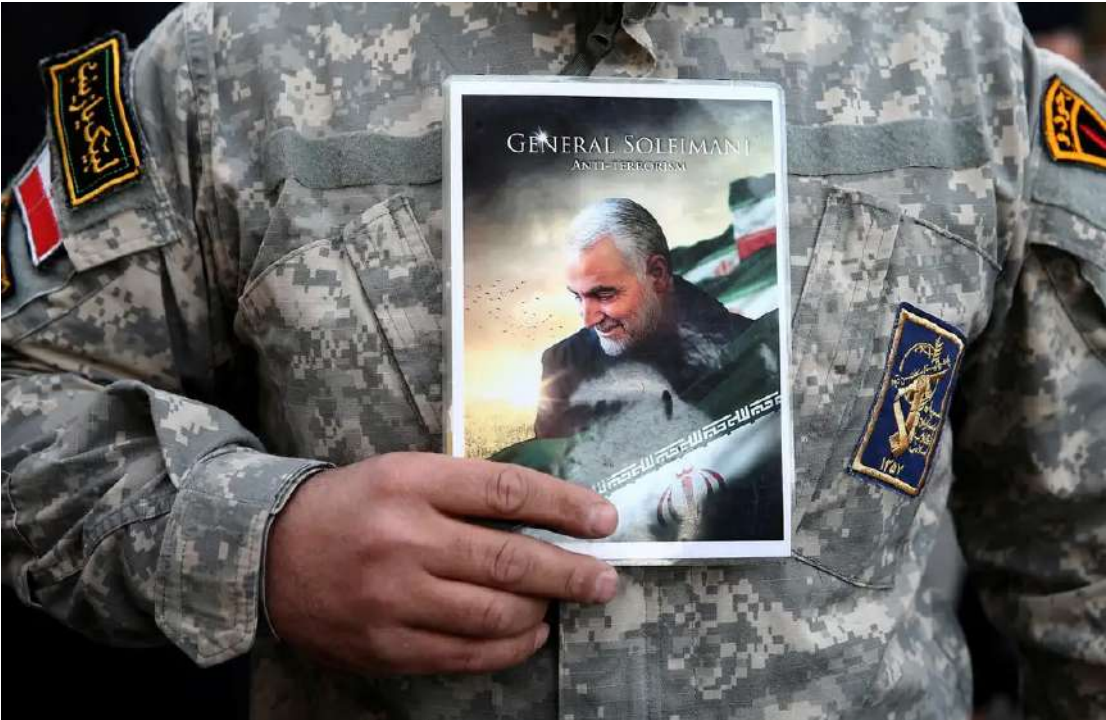
INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

EUA dizem ter detectado plano iraniano para matar Trump

Os serviços de inteligência dos Estados Unidos detectaram recentemente um plano do Irã para matar o ex-presidente Donald Trump. A ameaça, aparentemente sem relação com o atentado sofrido pelo líder republicano no fim de semana, levou o Serviço Secreto americano a reforçar a segurança do líder republicano antes do ataque a tiros que o atingiu de raspão na orelha.

O plano iraniano foi revelado por autoridades americanas que falaram sob condição de anonimato. Após ser informado sobre a ameaça, o governo Joe Biden alertou o Serviço Secreto, compartilhando detalhes com o responsável pela proteção do ex-presidente e com a campanha de Donald Trump.

As medidas adicionais de segurança, contudo, não impediram que Thomas Matthew Crooks abrisse fogo no comício do republicano na Pensilvânia. O ataque a tiros atingiu o ex-presidente de raspão na orelha, matou um de seus apoiadores e deixou outros dois feridos.

O complô de Teerã decorre do desejo de vingança pela morte do general Qassim Suleimani, comandante da Guarda Revolucionária do Irã, considerado terrorista pelos Estados Unidos. O bombardeio que matou Suleimani, em 2020, no aeroporto de Bagdá, em 2020, foi ordenado por Trump, na época, residente dos EUA.

(Foto: Reuters)

O complô de Teerã decorre do desejo de vingança pela morte do general Qassim Suleimani, comandante da Guarda Revolucionária do Irã, considerado terrorista pelos Estados Unidos.

"Como já dissemos várias vezes, estamos monitorando as ameaças iranianas contra ex-funcionários do governo Trump há anos, desde o último governo", disse a porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Adrienne Watson. "Essas ameaças surgem do desejo do Irã de buscar vingança pela morte de Qassim Suleimani. Consideramos isso uma questão de segurança nacional e interna da mais alta prioridade."

Watson enfatizou na nota que o complô iraniano é separado do atentado ao comício. "A investigação da tentativa de assassinato do ex-presidente Trump no sábado está em andamento", disse. "Neste ponto, a investigação não identificou vínculos entre o atirador e qualquer cúmplice ou co-conspirador, estrangeiro ou nacional."

EUA: republicanos projetam união do partido e atacam Biden por crise na fronteira

Com a presença de Nikki Haley e Ron DeSantis, rivais de Donald Trump nas prévias, o segundo dia da Convenção Nacional Republicana busca passar a imagem de união após o atentado sofrido por Trump.

Nikki Haley subiu ao palco entre vaias e aplausos e começou dizendo que Donald Trump tem "seu total apoio". Ela defendeu que esse é um momento crítico para os Estados Unidos, que partido precisa se unir para salvar o país e direcionou o seu discurso para aqueles que não concordam totalmente com o líder republicano - o seu eleitorado.

"Você não precisa concordar com Trump 100% do tempo para votar nele. Eu mesma nem sempre concordo, mas nós concordamos mais do que discordamos. Concordamos em manter o país forte, manter o país seguro, e concordamos que os democratas foram tanto para esquerda que nossas liberdades estão em risco", disse.

Haley, que buscava o voto dos republicanos moderados, fez duras críticas a Donald Trump durante as prévias do partido e se recusou a declarar apoio a ele imediatamente após desistir da sua candidatura.

Novo governo britânico assume prometendo crescimento econômico e aproximação com a UE

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, anunciou o seu plano de governo ontem, 17, durante o discurso do rei Charles III na abertura do Parlamento britânico. Na tradicional cerimônia, o monarca leu um discurso preparado pelo premiê, estabelecendo as metas do governo para o mandato. O político do Partido Trabalhista prometeu crescimento econômico, investimento em infraestrutura e preços mais baixos de energia, além da aproximação com a UE.

O Discurso do Rei é a peça central da abertura do Parlamento, uma ocasião em que o monarca britânico se encontra com os políticos. Charles III usou uma coroa cravejada de diamantes e se sentou em um trono dourado durante o seu discurso. Durante a fala, Charles III apontou que o objetivo do governo é "ver o aumento dos padrões de vida em todas as nações e regiões do Reino Unido".

Os trabalhistas venceram as eleições britânicas no dia 4 de julho de forma esmagadora. Os eleitores sinalizaram uma necessidade de mudança após 14 anos em que o Partido Conservador esteve no poder.

Projetos de lei

O discurso apresentou 40 projetos de lei, muitos centrados no crescimento econômico, na construção de habitações e no objetivo de descarbonizar o fornecimento de energia do país com uma empresa pública de energia verde. O governo trabalhista também prometeu aliviar a crise do custo de vida.

Starmer fez campanha com a promessa de trazer mudanças ousadas ao Reino Unido sem aumentar impostos. Ele pretende ser ao mesmo tempo pró-trabalhadores e pró-negócios, a favor de grandes novos projetos de infraestrutura e protetores do meio ambiente. O governo prometeu também um salário mínimo mais elevado para os trabalhadores.

Em uma introdução ao discurso, o primeiro-ministro pediu paciência aos membros do Parlamento, apontando que a mudança exigiria "trabalho paciente e soluções sérias", em vez de respostas fáceis e "o encanto do populismo".

Fronteira

O discurso também incluiu novas medidas para reforçar a segurança das fronteiras, criando um Comando de Segurança das Fronteiras reforçado com uma força tarefa antiterrorista para combater quadrilhas de contrabando de pessoas. As promessas feitas por Starmer em relação ao tema ocorrem em contrapartida à decisão do Partido Trabalhista de anular o plano controverso do Partido Conservador de enviar as pessoas que chegam ao Reino Unido pelo Canal da Mancha para Ruanda.

Tradição

O discurso desta quarta-feira foi o segundo discurso de abertura do Parlamento proferido por Charles III desde a morte de sua mãe, a rainha Elizabeth II, em setembro de 2022.

Ele se deslocou do Palácio de Buckingham ao Parlamento em uma carruagem puxada por cavalos - passando por um pequeno grupo de manifestantes anti-monarquia com cartazes que diziam "abaixo a Coroa" - antes de se vestir para a cerimônia. A polícia apontou que 10 membros de um grupo de ativistas ambientais foram presos perto do Parlamento por supostos planos de perturbar o discurso.

El Salvador prendeu e torturou menores em meio a repressão de gangues, diz Human Rights Watch

(Foto: AFP)

Denúncia foi feita pelo Human Rights Watch, que investiga violações de direitos humanos ao redor do mundo

Um relatório de direitos humanos divulgado na terça-feira, 16, afirma que o governo de El Salvador prendeu 3.319 suspeitos menores de idade e condenou 579 a penas de prisão durante a severa repressão às gangues de rua que dura dois anos e meio.

O relatório da Human Rights Watch diz que os menores frequentemente foram mantidos em "condições desumanas" e, às vezes, nas mesmas instalações que adultos. O relatório afirmou que as autoridades pouco fizeram para garantir alimentação, cuidados de saúde e contato com a família, ou para protegê-los de espancamentos ou agressões sexuais na prisão.

Dos 3.319 detidos, um total de 841 menores permaneciam sob custódia em janeiro, segundo o relatório. Dos condenados, o relatório afirma que as autoridades, em muitos casos, coagiram os menores a "fazerem confissões falsas de crimes através de uma combinação de acordos de confissão abusivos e, às vezes, maus-tratos ou tortura."

Os suspeitos menores de idade frequentemente foram condenados por crimes como "associação ilegal", que o relatório afirma que "tem definições excessivamente amplas e penas máximas severas que variam de 10 a 20 anos," acrescentando que "essas condenações frequentemente foram baseadas em declarações não corroboradas e contraditórias da polícia."

No início deste mês, a organização de direitos humanos Cristosal afirmou que pelo menos 261 pessoas morreram nas prisões em El Salvador durante a repressão às gangues de rua. Sob um estado de emergência originalmente declarado em 2022 e ainda em vigor, o governo do presidente Nayib Bukele prendeu 81.110 suspeitos de membros de gangues em varreduras que grupos de direitos humanos dizem ser frequentemente arbitrárias, baseadas na aparência de uma pessoa ou no local onde ela mora.

O governo teve que liberar cerca de 7 mil pessoas devido à falta de provas. O grupo disse em um relatório que, até 15 de abril, 88 das 261 mortes "podem ter sido resultado de um ato criminoso," embora não tenha especificado quais atos poderiam ter sido.

EUA: noventa caracóis gigantes africanos são apreendidos vivos em Aeroporto

Noventa caracóis gigantes africanos foram apreendidos no dia 30 de junho no Aeroporto Metropolitano de Detroit, nos Estados Unidos, pelo serviço de Proteção das Alfândegas e Fronteiras do país (CBP, na sigla em inglês). A informação foi divulgada pela agência na última terça-feira, 16, em seu site oficial.

Segundo a publicação, o esconderijo de caracóis vivos foi descoberto depois que um passageiro que chegava de Gana foi encaminhado para um exame secundário, após declarar transportar vários itens alimentares frescos. Durante a inspeção de bagagem, uma bolsa amarrada com um odor estranho chamou a atenção de especialistas em agricultura. Dentro da bolsa, foram encontrados os caracóis gigantes africanos, com tamanhos variando de 7 cm a 15 cm de comprimento.

Antes de a bagagem ser aberta, a agência destaca que outros outros itens proibidos foram declarados pelo passageiro, como pele de boi e pimentões frescos, mas não houve menção aos caracóis, que são considerados uma espécie invasora nos EUA.

"Estes caracóis são uma espécie invasora que pode impactar negativamente nossa economia", disse o diretor interino de porto, John Nowak, que afirmou que os especialistas em agricultura estão sempre de olho em plantas, animais e insetos nocivos. Segundo a CBP, embora esses caracóis gigantes africanos fossem destinados para consumo, eles têm um apetite voraz e podem causar grandes danos às plantações quando escapam para o ambiente.

Os caracóis podem crescer até 20 centímetros e se alimentar de uma grande variedade de plantas, incluindo as de cultivo economicamente importantes. Além disso, os caracóis também podem representar uma ameaça à saúde pública, pois podem transmitir o verme-do-pulmão do rato, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA.

Na ONU, Brasil apresenta ODS para combater desigualdade étnico-racial

O Brasil, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), apresentou sua experiência de criar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 18, que se refere à igualdade étnico-racial. A apresentação ocorreu em um evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O secretário-geral da Presidência da República, Márcio Macêdo destacou o retorno do país à agenda internacional e seu protagonismo na defesa da democracia e no combate às desigualdades racial e étnica.

"Estamos comprometidos com a construção de um mundo mais próspero para todos e que não deixe ninguém para trás. Não é possível que, em pleno século 21, pessoas ainda julguem seus pares a partir de seu tom de pele, traços físicos, gênero ou idade. Mais do que nunca, devemos lutar para que nossas diferenças sejam respeitadas

(Foto: Juan Seguí Moreno/Flickr)

Iniciativa ocorreu em evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível.

e nossos direitos, assegurados."

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram estabelecidos em 2015 pela e compõem uma agenda mundial para construir e implementar políticas públicas para guiar a humanidade até 2030. À época eram 17 ODSs para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que todas as pessoas do mundo possam desfrutar de paz e de prosperidade. O 18° ODS é uma iniciativa brasileira.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Terceiro dia de megaoperação no Rio mira transporte clandestino

A zona oeste do Rio de Janeiro amanheceu ontem (17) com o terceiro dia da Operação Ordo, chamada pelo governo do estado de ação estruturada contra a exploração de serviços por quadrilhas de milicianos e tráfico de drogas. Um dos alvos é o transporte clandestino de passageiros.

Desde as primeiras horas da manhã, agentes da Polícia Militar (PM) realizam operação contra transporte irregular em vias de grande circulação na zona oeste, como a Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá; Estrada Itanhangá, na Muzema; e na Avenida das Américas, sentido Barra da Tijuca.

Os policiais têm apoio de agentes do Departamento de Trânsito do Estado (Detran), do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro), da prefeitura e de empresas concessionárias.

Em regiões controladas por milícias, é comum que serviços de lotadas, como vans e kombis, sejam controlados por criminosos, sendo uma fonte de renda para as quadrilhas. Há relatos também de represálias de criminosos a motoristas de serviços de aplicativo.

De acordo com o governo do estado, a ação contra a clandestinidade tem o objetivo de asfixiar as organizações que lucram com o transporte, além de dar segurança a motoristas de aplicativos.

Demolições

Outra frente de atuação neste terceiro dia de operação são construções irregulares, erguidas à revelia do poder público. A ação se concentra na Cidade de Deus, comunidade com cerca de 40 mil moradores em Jacarepaguá. Uma das demolições conduzidas por funcionários da Secretaria Municipal de Ordem Pública foi expansão de uma loja de serviços de entrega. Está sendo feita também a retirada de entulho da comunidade.

Saldo

Nos dois primeiros dias da Operação Ordo, foram presas 45 pessoas, sendo 38 em flagrante e sete em cumprimento de mandado de prisão. Seis adolescentes infratores foram apreendidos.

Parte das prisões foi relacionada a crimes contra o patrimônio, como furtos de energia e água, que produzem receita para o fortalecimento financeiro das organizações criminosas e o domínio territorial.

A ação estruturada conta com 2 mil policiais em dez comunidades de bairros da zona oeste: Rio das Pedras, Terreirão, César Maia/Coroado, Cidade de Deus, Muzema, Gardênia Azul, Tijuquinha, Fontela, Morro do Banco e Sítio do Pai João.

Pantanal: 96% dos incêndios foram extintos ou controlados

As ministras Simone Tebet, do Orçamento e Planejamento e Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança climática (MMA), e o ministro Waldez Góes, da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), foram terça-feira (16) à Corumbá, no Mato Grosso do Sul, acompanhar o trabalho de combate aos incêndios no Pantanal. Marina Silva disse que "este é um momento que a gente pode até celebrar, mas temos que manter as nossas equipes mobilizadas. Mesmo agora quando temos 56% de um total de 55 incêndios já extintos e estarmos em processo de 40% que devem ser controlados e 4% que estamos combatendo."

A ministra disse ainda que "nós sabemos que, a partir do [próximo] final de semana, chegará uma onda de calor, com baixa da umidade relativa do ar, portanto, há risco de termos novos incêndios, então Corpo de Bombeiros, Ibama, ICMBio, temos que nos manter mobilizados para salvar o Pantanal, salvar a nossa biodiversidade e os nossos sistemas econômicos que estão sendo colapsados pela emergência climática", avaliou.

A agenda também contou com a participação do governador do estado Eduardo Riedel. A delegação do governo federal constatou o resultado positivo das ações empreendidas na região. As ministras Marina e Simone Tebet e o ministro Waldez Góes sobrevoaram a região, conversaram com os brigadistas do Prev-Fogo e acompanharam o trabalho que está sendo feito em conjunto pelos governos federal, estadual e municipais. Desde a primeira visita à região, em 28 de junho, as ministras Tebet e Marina à região, foi editada uma medida provisória, pelo Ministério do Planejamento abrindo um crédito extraordinário no valor de R$ 137 milhões para as ações dos ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e de Segurança Pública no Pantanal, que se somam a outros R$ 100 milhões recompostos do orçamento do Meio Ambiente. Outra medida provisória permitiu a mudança no modelo e prazo de contratação de brigadistas, antes restrito a seis meses.

Tebet reafirmou a determinação do presidente Lula em garantir os recursos necessários para o combate às emergências climáticas e também o compromisso do governo federal com a questão ambiental e a sustentabilidade. "Quero dizer que não chegamos tarde. O trabalho conjunto de prevenção entre governo federal e estadual, em relação ao Pantanal, começou em setembro do ano passado", disse ela, em referência ao começo dos trabalhos que resultaram na lei estadual de proteção ao Bioma, lançada em dezembro do ano passado. Tebet também ressaltou a liberação total de R$ 237 milhões extras para as ações de combate e prevenção de incêndios e lembrou que assim como nessa operação, a união dos diferentes governos é a solução para o avanço das políticas públicas no país.

Ministra da Saúde comemora dados da imunização infantil

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, avalia que a melhoria da cobertura vacinal no Brasil é consequência do comprometimento dos trabalhadores da saúde, associado a iniciativas do governo. Além de acentuar o combate à propagação de fake news e de renovar equipamentos que garantam a conservação de vacinas por períodos mais longos, o governo tem desenvolvido estratégias locais envolvendo a sociedade.

A declaração foi feita em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministra, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Nísia Trindade comemorou os dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que fez o país deixar o ranking das 20 nações com mais crianças não vacinadas.

A melhoria da cobertura em 2023 abrange as vacinas contra a poliomielite (VIP e VOP), pentavalente, rotavírus, hepatite A, febre amarela, meningocócica C (1ª dose e reforço), pneumocócica 10 (1ª dose e reforço), tríplice viral (1ª e 2ª doses) e reforço da tríplice bacteriana (DTP).

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Nísia Trindade comemorou os dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela OMS.

Segundo a ministra, o resultado é uma consequência do "comprometimento dos trabalhadores da saúde". "Outro fator importante é o combate à desinformação, que desde o ano passado vem sendo combatida pela plataforma Saúde com Ciência", acrescentou ao se referir ao programa criado com o objetivo de defender a vacinação e enfrentar a desinformação.

"O mais importante é o governo dizer a todos que têm de se vacinar", acrescentou ao destacar que, para atingir esse objetivo, foram adotadas estratégias locais, com a sociedade e governo integrados, favorecendo também as iniciativas de atendimento à saúde nas residências, bem como os cursos e informações difundidos pela Universidade Aberta dos SUS (UnA-SUS).

Nísia Trindade destacou também a iniciativa do governo de renovar a chamada Rede de Frio, também do Programa Nacional de Imunizações, que viabiliza estruturas físicas e técnico-administrativas nas três esferas de governo que garantem a manutenção da qualidade dos imunobiológicos adquiridos pelo Ministério da Saúde, distribuídos em todo o país.

Lula diz que Janja instruiu para fala a pessoas com deficiência: 'Essa gente tem sensibilidade'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, 17, que foi instruído pela sua mulher, Janja Lula da Silva, a escolher bem as palavras na hora de discursar no encerramento da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília. "Essa gente tem sensibilidade aguçada", teria dito a primeira-dama ao petista, de acordo com o discurso.

"Hoje eu quando vim falar aqui, a Janja me alertou de uma coisa. Ela falou amor, tome cuidado com cada palavra que você vai falar porque essa gente tem a sensibilidade aguçada", disse o presidente da República.

"Então eu decidi ler para não falar nenhuma palavra que possa me criar problemas. Também, se eu falar alguma palavra vocês sabem que nesse assunto vocês são os especialistas. Vocês sabem que eu sou um analfabeto e preciso aprender muito com vocês para a gente aprender a cuidar de vocês com o carinho e com o respeito que é necessário", disse Lula.

Delegados da PF veem 'risco à vida' de colega e estudam ação contra ataques de Marcos do Val

Delegados de Polícia Federal anunciaram que estudam 'medidas judiciais cabíveis' contra ataques promovidos pelo senador Marcos do Val ao colega Fábio Alvarez Shor. Em seu perfil no Instagram e no X, o senador atribuiu a Shor o papel de 'capataz' do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Val acusou o delegado de agir com violência no curso de investigações sensíveis, como as que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro e os atos radicais do 8 de Janeiro.

Segundo o senador, Fábio Shor age com truculência, invade residências de inocentes e 'põe arma na cara das crianças'.

Em nota, uma das principais entidades da classe, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), saiu em defesa de Fábio Shor e repudiou com veemência as declarações de Marcos Do Val. A entidade declarou 'apoio irrestrito e solidariedade à autoridade policial'.

"A Associação não vai admitir que nenhum delegado ou delegada federal seja covardemente atacado em decorrência da condução da investigação. Os elementos informativos e provas produzidas no inquérito policial devem ser discutidos pela via adequada, ou seja, a judicial, não sendo admitida em hipótese nenhuma a personalização das críticas em redes sociais com objetivo de ferir e expor moralmente o profissional responsável pela condução do inquérito policial", diz o texto.

Na avaliação da entidade, 'essa grave conduta pode, inclusive, colocar em risco a vida do delegado e de sua família'.

O senador incluiu em seu post uma montagem com a foto de Shor sob o título 'Procura-se' e a frase 'ele é o responsável por prender patriotas inocentes e fazer milhares de crianças chorarem por causa da ausência de seus pais'.

A entidade dos delegados considera que 'além de infelizes, os ataques desconsideram a autonomia investigativa do delegado, que é manifestada na conclusão do inquérito'. A associação pondera que 'esse grave conduta'... A associação pondera que todo inquérito é submetido à análise do Ministério Público e a uma decisão final da Justiça, 'notadamente em relação a medidas cautelares'.

Lula diz que irá consultar ministros sobre suposto caso trabalho escravo em SC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que irá consultar ministros para se inteirar sobre o caso da mulher que foi supostamente mantida em trabalho análogo à escravidão em Santa Catarina na casa de um desembargador, Sônia Maria de Jesus Lula disse não querer "criminalizar e julgar", mas que se interessou pelo caso e irá acompanhar de perto.

"Eu estava vendo no início da abertura aqui o depoimento que a nossa companheira contou de uma menina que trabalhava de empregada doméstica durante 41 anos e em uma denúncia anônima essa pessoa foi parar na Justiça. Era o chamado trabalho escravo análogo. O que eu acho muito grave" disse ontem, 17, em encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Brasília. "Não sou advogado, é apenas um palpite. Como é que pode haver uma decisão para que essa pessoa que estava há 41 anos em uma casa voltasse para a mesma casa. Em nome do que? Em nome do que? Em defesa do que? Eu não quero criminalizar e julgar. Mas a casa em que ela trabalhava era de um desembargador. Então, não tem sentido", acrescentou Lula.

O presidente, então, citou o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e disse que pretende consultar outros ministros "para saber o que de fato está acontecendo". "Se a sociedade parar de deixar de acreditar nas instituições, nós sabemos o que pode acontecer nesse país", afirmou.

Em 2023, a Polícia Federal abriu investigações que atribuiu ao desembargador Jorge Luiz de Borba, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e à sua mulher suspeita de manter uma trabalhadora doméstica em condição análoga à escravidão há pelo menos 20 anos. A vítima é surda e muda e morava na casa do desembargador há duas décadas, sem receber salário e assistência à saúde.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

TRE cassa mandato de deputado gaúcho Maurício Marcon por fraude na cota de gênero; cabe recurso

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) cassou, terça-feira, 16, por unanimidade, o mandato do deputado federal Maurício Marcon (Podemos). Segundo os juízes eleitorais, a candidatura de Marcon está comprometida por fraude na cota de gênero do Podemos gaúcho.

De acordo com apuração do TRE-RS, a candidatura de Kátia Felipina Galimberti Britto à Câmara, em 2022, foi uma campanha "laranja" visando fraudar a adequação do partido às cotas de gênero como mecanismo de representatividade feminina. O diretório gaúcho do Podemos e Marcon recorrerão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Até uma decisão do órgão, o deputado federal segue em exercício do mandato. Em vídeo publicado nas redes sociais, Marcon alega que não "cometeu crime nenhum", além de desconhecer a pivô do caso, enquanto o Podemos fala em "inconformismo" com a decisão.

Candidata com 14 votos

Kátia Britto, filiada ao Podemos, obteve apenas 14 votos na eleição de 2022. Além disso, durante a campanha, apresentou justificativa de R$ 235 como gastos com despesas eleitorais, incluindo distribuição de santinhos, realização de atos de campanha e produção de conteúdo para redes sociais e televisão.

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Decisão unânime do pleno aponta fraude à cota de gênero; Cabe recurso.

Segundo o entendimento da desembargadora Patrícia Silva Oliveira, relatora do processo, estes são indícios de que a candidatura de Kátia visou fraudar o porcentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, índice exigido aos partidos políticos para a disputa de eleições de modelo proporcional.

Já as defesas de Marcon e do Podemos gaúcho argumentam que Kátia obteve votos em dez cidades diferentes, contrariando casos típicos de candidatura laranja. Além disso, segundo o partido, a candidata não fez uso de recursos públicos por vontade própria. A ausência de aparições na TV, por sua vez, se explicaria pela entrada no pleito com a campanha já em andamento, a 20 dias da eleição, sem tempo hábil para as gravações.

Idosos: operação de combate à violência atendeu mais de 29 mil vitimas

(Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

Foram presos 480 suspeitos nos últimos dois meses de 2024.

A Operação Virtude, do governo federal, voltada ao combate da violência contra idosos, atendeu 29.914 vítimas e prendeu 480 suspeitos, entre os dias 10 de junho e 11 de julho deste ano. A ação coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública contou com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e realizou 53.811 diligências em todos os estados do país. O balanço, divulgado, segunda-feira (15), também contabiliza 7.744 denúncias apuradas, todas via Disque 100 – Disque Direitos Humanos. Ao todo, foram registrados 11.621 mil boletins de ocorrência e instaurados 17.823 procedimentos policiais.

O Ministério da Justiça investiu mais de R$ 2,4 milhões, direcionados ao pagamento de diárias aos estados, visando o reforço de efetivo policial para a execução das ações, que incluem investigação, atuação ostensiva de repressão a crimes e palestras para conscientização a respeito dos cuidados com os idosos, em razão da sua condição de potencial fragilidade física e emocional. O número de pessoas atendidas pelas palestras chegou a quase 1,5 milhão.

O coordenador da Operação Virtude, Anderson Dutra Tebaldi, disse que os números revelam a necessidade da intensificação de ações voltadas ao combate da violência contra idosos: "Infelizmente, os dados são preocupantes e apontam a necessidade de que nós continuemos focados na apuração desses crimes contra a população idosa. É necessário responsabilizar aqueles que cometem os crimes e garantir a integridade física e psicológica da população idosa", avaliou.

As ações integradas também foram executadas pelas secretarias estaduais de Segurança Pública, através da Polícia Civil, Militar, Corpos de Bombeiros, além de órgãos oficiais de perícia criminal e demais parceiros.

"O objetivo é que as pessoas idosas tenham acesso e informações sobre os seus direitos, e não sejam vítimas de nenhum tipo de violência. Os idosos merecem respeito, cuidados, carinho, atenção, valorização, acolhimento, proteção, amor e jamais serem vítimas de nenhum tipo de violência", destacou a delegada da Polícia Civil do Espírito Santo, Cláudia Dematté.

O titular da Delegacia de Proteção ao Idoso de São Luís, no Maranhão, José Antonio Alvares Mendes Sobrinho, disse que a ação visa o cumprimento do Estatuto do Idoso e demais legislações, além de prevenir novos casos de violência.

Reconstrução do RS passará pela recuperação do turismo, diz secretário de Gramado

O baixar das águas no Rio Grande do Sul deixou à mostra a certeza de que a reconstrução daquele Estado passará, indubitavelmente, pela retomada do turismo. Foi o que disse ao Broadcast o secretário de Turismo de Gramado, Ricardo Bertolucci Ele destacou a importância do turismo para a recuperação da economia gaúcha não só do município, mas de todas as cidades vizinhas, na Serra Gaúcha.

Pela disposição geográfica do polo turístico do Rio Grande do Sul, encravado na Serra, a estrutura deste segmento da economia sul-rio-grandense não sofreu os impactos das águas como as regiões mais baixas do Estado, entre as quais a capital, Porto Alegre - que ficou por dias debaixo d'água.

Mas para que o turismo gaúcho possa dinamizar a reconstrução das áreas destruídas pelos alagamentos, duas medidas se fazem necessárias, disse Bertolucci: o envio direto de recursos pelo governo federal para financiar os eventos turísticos da região e a reabertura do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. Esta segunda já está se resolvendo, parcialmente.

(Foto: Lucineia Thom/Especial/CP)

Para Bertolucci, setor depende da retomada do Aeroporto Salgado Filho e o financiamento público para eventos turísticos na região.

Durante a visita que fez à redação da Agência Estado, no exato momento em que conversava com os jornalistas, saltou na tela do Broadcast a notícia de que o Aeroporto de Porto Alegre seria reaberto.

"Agora a gente volta ao jogo. Vamos voltar a vender o Natal Luz para todas as regiões", disse-o o secretário de Gramado, que contou que, devido à falta de conectividade aérea por causa do fechamento do Salgado Filho, Gramado só estava vendendo pacotes turísticos para as regiões Sul e Sudeste. De acordo com ele, nem tinha como vender grandes eventos turísticos para o Norte e o Nordeste porque não tinha como os turistas dessas regiões chegarem a Porto Alegre.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA

ADJUDICAÇÃO

ALVINLANDIA, 17 de julho de 2024

Licitação: **000049/24 PREGÃO PRESENCIAL 10 –** Aberta em 11/07/2024 – Resumo do Objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UM) ÔNIBUS RODOVIÁRIO, 02 EIXOS, USADO, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2011/2011, QUE SERÁ DESTINADO AO SETOR DA EDUCAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES, QUANTITATIVO E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO DESCRITIVO DO OBJETO. Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, o Pregoeiro Municipal desta Prefeitura Municipal resolve **ADJUDICAR** ao proponente **NOEL MARCOLINO DANTAS REFORMADORA - ME,** CNPJ N.º 06.321.034/0001-64, localizada á Rua Muritinga, n.º 503, Bairro Vila Lilica, Município de Santo André/SP, CEP 09.050-040, fone (11) 99942-8879, o objeto da licitação, no valor de **R$ 430.000,00** (QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS) conforme Relação em Anexo.

Aparecido Donizetti Lopes
Pregoeiro Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Transcorrido o prazo de recurso referido na alínea "b" do inciso I do artigo 165 da lei 14.133/2021, sem a efetivação de qualquer ato, e de posse, dos documentos que compõem o processo licitatório na modalidade **PREGÃO N.º 010/2024, PROCESSO N° 049/2024**, que tem por objeto o AQUISIÇÃO DE 01(UM) ÔNIBUS RODOVIÁRIO, 02 EIXOS, USADO, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2011/2011, QUE SERÁ DESTINADO AO SETOR DA EDUCAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES, QUANTITATIVO E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO DESCRITIVO DO OBJETO, composto inclusive de parecer jurídico, e da COMUL (Comissão Municipal de Contratação), da Prefeitura Municipal de Alvinlândia, contidas da Ata de Julgamento de 11/07/2024, **HOMOLOGO** todos os procedimentos realizados que classificou a empresa: **NOEL MARCOLINO DANTAS REFORMADORA - ME,** CNPJ N.º 06.321.034/0001-64, localizada á Rua Muritinga, n.º 503, Bairro Vila Lilica, Município de Santo André/SP, CEP 09.050-040, fone (11) 99942-8879. Apresentou o menor preço para o item: 01, no valor total de **R$ 430.000,00** (QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS). Nos termos da legislação em vigor, esse termo de **HOMOLOGAÇÃO** foi expedido em 17/07/2024. Proceda-se a seguir as providências complementares, como comunicado, publicações, empenhos e outras medidas necessárias para que surta os efeitos legais e de direito.

Alvinlândia - SP, 17 de julho de 2024
ABIGAIL CATELI DIAS
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 022/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA. CONTRATADO: NOEL MARCOLINO DANTAS REFORMADORA - ME - CNPJ nº. 06.321.034/0001-64. CONTRATO Nº. 022/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 049/2024 – PREGÃO Nº. 010/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) ÔNIBUS RODOVIÁRIO, 02 EIXOS, USADO, ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2011/2011, QUE SERÁ DESTINADO AO SETOR DA EDUCAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES, QUANTITATIVO E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO DESCRITIVO DO OBJETO. VALOR: R$ 430.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível o processo abaixo:

CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA": Nº 006/2024; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REFORMA DE SUBSTITUIÇÃO DE PISO CERÂMICO E MELHORIAS NAS ESQUADRIAS (PORTAS) NA UNIDADE DE SAÚDE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (PAM), NESTE MUNICÍPIO; Edital Na Íntegra: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Concorrência Eletrônica - Lei 14.133/21 - 2024); www.novobbmnet.com.br; PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br : RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 19 DE JULHO DE 2024; ABERTURA DAS PROPOSTAS: AS 08:01 DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2024; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: AS 09:00HORAS DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2024; REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura.

Publique-se

Leme, 17 de Julho de 2024
ELISA LEME DE ARRUDA
SEC. DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2024 (PMP 17718/2023)

Para "Seleção de interessados na aquisição, pelo instituto da concessão de direito real de uso, de imóvel pertencente ao Município de Pindamonhangaba, para fins de implantação e/ou expansão de indústria" com recebimento das propostas até dia 05/09/2024 às 08h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/24 – Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de móveis para o Centro de Especialidades Médicas, conforme estudo técnico preliminar e termo de referência do descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo MENOR VALOR GLOBAL. Conforme despacho da Secretaria de Saúde, reabrem-se os prazos para CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: Cadastros de Propostas Iniciais: 09h00 do dia 18/07/2024 até às 09h00 do dia 31/07/2024. Abertura de Propostas Iniciais: 31/07/2024 às 09h05. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br, no site para Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11)4039-8358/4039-8376 ou diretamente na Diretoria de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

ALYNNE SILVA SOUSA
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE PRÓTESE AUDITIVA. DATA DA ABERTURA: 05.08.2024 AS 09:30 HORAS - O edital estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br. Bragança Paulista, 17 de julho de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em exercício

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Pregão Eletrônico nº 90097/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000264-01 RP mat. cir. buco-maxilo facial e neurocir. (mini e micro placas); o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 18/07/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 02/08/2024**. Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 18/07/2024 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.

EMMANUEL CARLOS PIERANGELLI - Diretor Administrativo

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CARAGUATATUBA

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – O Sr. DIRETOR TECNICO III, do Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba, no uso de suas atribuições, faz saber que se encontra aberto **Pregão eletrônico nº 90013/2024**, para Aquisição de VESTUÁRIO DE PRESO, procedimento licitatório processo nº 006.00235247/2024-61 PROCESSO SIAFEM 20240681818, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão pública será dia 31/07/2024 às 08:00, no pelo site www.comprasnet.gov.br. O edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES>EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultados junto ao Centro Administrativo no CDP de Caraguatatuba.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS

Encontra-se aberto neste Centro de Detenção Provisória III de Pinheiros, situado a Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 1230, Vila Leopoldina – São Paulo/SP CEP 053.10-000, PREGÃO ELETRONICO nº 005/2024, Processo SEI nº 006.00251032/2024-98, que tem como objeto a aquisição de materiais de higiene, habitação e uniformes para presos. A sessão pública será realizada no dia 05/08/2024 as 10h00min. O edital da íntegra será obtido no sítio e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 123/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA / CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS, COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSUMOS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 02/08/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 02/08/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 02/08/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 17 de julho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Carille procura substituto para Aderlan na lateral e busca ajuste no meio-campo do Santos

Sem poder contar com o lateral-direito Aderlan por um longo tempo e ainda com ajustes a fazer para tornar o time ainda mais forte entre o meio-campo e o ataque, o técnico Fábio Carille vem trabalhando firme nos treinos para ajustar o Santos nesta sequência da Série B do Campeonato Brasileiro.

O problema mais urgente surgiu em função da grave lesão do lateral santista. A ruptura total do ligamento cruzado anterior do joelho esquerdo de Aderlan o afasta dos planos do treinador. A missão agora é achar um substituto no setor.

JP Chermont seria a solução natural pelo bom início de temporada A oscilação do jovem de 18 anos, no entanto, deixa uma dúvida no ar. Assim, Rodrigo Ferreira ganha chance de aparecer no time principal.

Com 11 gols sofridos em 15 partidas, o treinador procura um atleta que, primeiro se encaixe na função de defender, para depois pensar em apoiar com consistência. Assim, Carille vem utilizando os treinamentos para poder analisar quem vem se apresentando melhor.

Já em relação à parte de criação, o técnico busca manter a eficiência da equipe para seguir somando pontos importantes na competição. Na classificação, o Santos é dono do melhor ataque com 23 gols. Com o desfalque do meia Giuliano, atleta encarregado de abastecer os jogadores de frente, Carille vem apostando em Serginho como opção.

"O professor Carille vem me passando muita confiança e estou me dedicando para poder contribuir com o time", afirmou Serginho. Para o confronto com o Vila Nova, nesta quinta, a tendência é manter o jogador como titular. No entanto, ele não quis adiantar a definição no setor.

Juventude confirma saída e Roger Machado tem o caminho livre para assinar com o Inter

O Juventude confirmou, ontem, a saída do técnico Roger Machado do comando da equipe profissional. O treinador está a caminho do Internacional para substituir Eduardo Coudet, demitido por causa da sequência ruim da equipe no Brasileirão. O Colorado deve fazer o anúncio oficial a qualquer momento.

(Foto: Fernando Alves/ECJ)

Junto a ele, também deixam o clube o preparador físico Paulo Paixão e os auxiliares Adaílton Bolzan e Guilherme Marques. O Juventude agradeceu o treinador pelos trabalhos prestados e prometeu indicar o novo treinador nas próximas horas.

Na terça-feira, logo após o empate por 1 a 1 com o Atlético-MG, em Brasília, o lateral Alan Ruschel, um dos líderes da equipe, já falava em tom de adeus e admitiu que a saída do treinador seria uma "perda gigante" para o clube.

Roger Machado, que deverá assinar com o Inter até 2025, chegou a receber uma compensação financeira caso permanecesse no Juventude, mas acabou optando por novos desafios. O clube de Caxias do Sul receberá o valor da multa pela saída do treinador, equivalente a R$ 1 milhão.

Aos 49 anos, o ex-jogador comandou o Juventude em 35 jogos, com 13 vitórias, 12 empates e dez derrotas. Ele tem passagens ainda por Grêmio, Fluminense, Bahia, Palmeiras, Atlético-MG e Novo Hamburgo. Essa foi uma das poucas vezes que deixou um clube no meio do trabalho.

O elenco do Juventude está de folga nesta quarta-feira e se reapresentará na quinta, ainda em Brasília, visando o duelo com o São Paulo, marcado neste domingo, às 18h30, no Mané Garrincha, pela 17ª rodada do Brasileirão.

Roger Machado deixa o clube na 12º colocação do Brasileirão, com 20 pontos, cinco a mais do que o Corinthians, o primeiro time dentro da zona de rebaixamento. O Juventude soma 15 jogos, com cinco vitórias, cinco empates e cinco derrotas, um aproveitamento de 44%.

Série relembra tetra e mostra como é difícil formar uma seleção campeã mundial

Uma mistura equilibrada entre jogadores experientes e jovens, um grupo unido e "blindado", um treinador dono de ampla bagagem e de boas doses de sabedoria e um craque em momento iluminado. Essa é a receita que a série "O Tetra pelo Tetra", da ESPN, apresenta como a fórmula do sucesso que levou a seleção brasileira ao tetracampeonato mundial há exatos 30 anos, em 1994, nos Estados Unidos.

A série, que vai ao ar na TV a partir do dia 20, traz sete entrevistas, com Carlos Alberto Parreira, Romário, Bebeto, Ricardo Rocha, Branco, Jorginho e Mauro Silva. Os bate-papos, todos em tom informal e quase biográficos, são comandados por Zinho, titular da conquista de 94 e atualmente comentarista do canal.

As conversas são entremeadas por vídeos feitos pelos próprios jogadores no ônibus que transportava a delegação pelos EUA, em meio a arroubos humorísticos de Ricardo Rocha, muitas risadas e alguns pareadinhos.

Essas inserções e a intimidade de Zinho com seus ex-companheiros de seleção acabam mapeando o segredo do sucesso daquele time, com dicas e chaves a cada bate-papo. E, a julgar pelos depoimentos, a Copa de 94 começou a ser conquistada no Mundial anterior, em 90. Não por acaso é mencionado com frequência na série o famoso "quarto dos dinos", em referência aos dinossauros do time, aqueles que foram eliminados pela Argentina quatro anos antes. "A Copa de 90 foi o vestibular para o título de 94", diz Ricardo Rocha.

O tetra, sendo visto "de dentro" a cada bate-papo, revela elementos óbvios, como a disciplina tática imposta por Parreira, nos treinos "cháticos", na definição bem-humorada de Branco. A liderança de atletas experientes, como o ex-lateral-esquerdo, também aparece como decisiva para acalmar os ânimos dos mais jovens e até dos mais rebeldes.

Se a experiência de uns ajudava de um lado, de outro o alto astral exerceu papel determinante na conquista, na definição unânime dos entrevistados. E o protagonista foi Ricardo Rocha, o titular com menos minutos em campo - se machucou no primeiro tempo da estreia e só foi mantido na delegação pela importância extracampo. "Ricardinho (Rocha) foi muito importante para o grupo. Jogou uma partida só, mas como foi útil para o grupo!", disse Parreira.

Apesar do discurso em favor da coletividade, ninguém negou a importância de Romário. O hoje senador, acostumado a frases fortes a respeito de sua própria carreira, pegou leve na série e até ensaiou uma reaproximação com Bebeto, seu eterno parceiro de sucesso na seleção. Ambos se afastaram nos últimos anos por divergências políticas.

Mas, como disse Zinho em um dos bate-papos, "só o talento não vence". E a união do grupo é um dos mantras da série. Neste sentido, mais do que revelar bastidores, as entrevistas mostram uma união incomum dentro da seleção. Algo quase impossível de repetir em tempos de conexão total nas concentrações, com jogadores tendo acesso a notícias e contatos a qualquer momento na tela do celular.

A blindagem de 94, tão útil para favorecer a união, atualmente é quase impossível. Mas as demais lições do tetra podem ser de grande valia para os sonhos da atual e das futuras seleções do Brasil.

PARIS 2024

É OUROOOO!!

RANKING DE PREMIAÇÕES POR MEDALHA DE OURO *Em US$*

Posição	País	Valor
1º.	Sérvia	214.900
2º.	Malásia	212.180
3º.	Marrocos	200.525
4º.	Itália	193.410
5º.	Lituânia	180.188
6º.	Hungria	155.000
7º.	Ucrânia	125.000
8º.	Kosovo	107.450
9º.	Espanha	101.003
10º.	Grécia	96.705
11º.	França	85.960
12º.	Eslovênia	75.215
13º.	Polônia	64.958
14º.	Eslováquia	64.470
15º.	**BRASIL**	**62.662**
16º.	Suíça	55.449
17º.	Finlândia	53.725
18º.	Estados Unidos	37.500
19º.	Liechtenstein	27.725
20º.	Alemanha	21.490
21º.	Canadá	14.608
22º.	Dinamarca	14.406
23º.	Austrália	13.340

VALORES DE PREMIAÇÕES DO COB PARA MEDALHISTAS

	OURO	PRATA	BRONZE
Individual	R$ 350 mil	R$ 210 mil	R$ 140 mil
Em grupo	R$ 700 mil	R$ 420 mil	R$ 280 mil
Coletivo	R$ 1,05 milhão	R$ 630 mil	R$ 420 mil

FONTE | COB — INFOGRAFFO

Real Madrid revela vitória na Justiça em caso de ofensa racista online a Vini Jr.

(Foto: Divulgação)

O Real Madrid revelou ontem que obteve uma nova vitória na Justiça num caso de racismo que tinha o atacante Vinícius Júnior e o zagueiro Antonio Rüdiger como alvos. Trata-se da segunda decisão deste tipo favorável ao clube espanhola. E, pela primeira vez, o processo judicial teve origem em ofensas discriminatórias feitas na internet.

De acordo com o clube madrilenho, a pessoa condenada, cujo nome não foi revelado, usava diferentes pseudônimos na versão digital do conhecido jornal espanhol Marca para fazer comentários negativos, ataques e até insultos racistas contra o jogador brasileiro e o alemão.

Ainda segundo o Real, o réu foi declarado culpado de dois crimes, contra a integridade moral de Vini Jr. e de Rüdiger, agravados por motivações racistas. No caso do zagueiro, houve ainda um outro agravante porque alguns comentários envolviam sua religião.

O juiz responsável pelo caso decretou a prisão do condenado por um período de oito meses - ele também não poderá participar dos foros online do jornal por 20 meses. A pena, contudo, ficou suspensa porque o réu aceitou participar de um programa de educação sobre igualdade e não discriminação.

Trata-se da segunda condenação aplicada pela Justiça espanhola em casos de racismo contra o atacante da seleção brasileira. E o primeiro por comentários feitos de forma online. Em junho, três espanhóis foram condenados a oito meses de prisão por ofensas racistas a Vini Jr., na primeira decisão do tipo na história da Justiça espanhola.

O trio havia sido julgado por terem feitos os ataques ao brasileiro durante partida do Real Madrid contra o Valencia, pelo Campeonato Espanhol. Os torcedores do Valência também foram proibidos de entrar em qualquer estádio do país por um período de dois anos.

"O Real Madrid, que exerceu junto com Vinícius Júnior a acusação particular no procedimento, seguirá trabalhando para proteger os valores do nosso clube e erradicar qualquer comportamento racista no mundo do futebol e do esporte", registrou o clube espanhol.

Ex-Grêmio, Thomás Luciano revela ligação de Nelsinho e se diz pronto para estrear pela Ponte

A Ponte Preta apresentou ontem o lateral-direito Thomás Luciano, de apenas 22 anos, revelado pelo Grêmio. O atleta, que estava em Portugal, revelou uma ligação do técnico Nelsinho Baptista e prometeu empenho pelo clube de Campinas na Série B do Campeonato Brasileiro.

"Expectativa muito grande. Agradeço a Nelsinho pela confiança no trabalho. Quando meu empresário falou da Ponte, eu disse que queria aceitar a proposta. O Nelsinho me ligou e logo falei que poderia contar comigo. Sou um atleta sempre muito dedicado. Vou dar 100% dentro de campo e ajudar a equipe", afirmou.

(Foto: Luciano Machado/EPTV)

O lateral se colocou à disposição do treinador para o duelo com o Paysandu, marcado para este sábado, às 18h, no estádio da Curuzu, em Belém, pela 16ª rodada. "Torcida pode esperar alguém muito dedicado. Vou dar meu máximo para sairmos com os três pontos. Sou um jogador muito ofensivo, mas vou trabalhar pelo grupo. Concentração para sábado e, se Deus quiser, estrear. Estou pronto. O Nelsinho pode contar comigo, estou 100% preparado", finalizou.

Thomás Luciano surgiu na base do Grêmio. Teve uma rápida passagem pelo Pelotas antes de se transferir para o Gil Vicente, de Portugal. O lateral tem apenas 16 partidas como profissional e um gol marcado.

No time campineiro, vai disputar posição com Igor Inocêncio e Luiz Felipe. O primeiro é titular absoluto, mas não tem a confiança da torcida, enquanto o segundo está no departamento médico.

Há quatro jogos sem derrota, a Ponte Preta ocupa o 11º lugar da Série B, com 20 pontos, contra 24 do Sport, quarto colocado.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

TRANSFRETUR

Edital de Comunicação e Notificação. O **Transfretur - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros Por Fretamento e Para Turismo de São Paulo e Região**, entidade sindical que representa as empresas de transporte por fretamento na base territorial: Arujá, Atibaia, Barueri, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Santa Izabel, Santana de Parnaíba, São Paulo (Capital) – Suzano, Taboão da Serra, em cumprimento à decisão da AGE, realizada no dia 11/07/2024, **Comunica** que foi fixada Contribuição Assistencial Patronal, a ser paga por todas as empresas do setor, associadas ou não. Considerando decisão exarada pelo STF nos autos do RE nº 1.018.459, de 11/09/2023, que se utiliza por analogia, **Notifica** que as empresas não associadas poderão exercer o direito de oposição ao pagamento da referida contribuição, desde que exercido no prazo de até 30 dias, a contar da presente publicação, devendo o mesmo ser protocolado em sua sede na Rua Marques de Itu, 95 Conj. A – Vila Buarque – São Paulo. As empresas não associadas que não exercerem o direito à oposição estarão sujeitas às medidas de cobrança extrajudicial e judicial. Maiores informações poderão ser obtidas nos telefones: (11) 3331-8022. A omissão ou ausência retira qualquer direito a futuras reclamações e submete às decisões da Assembleia Geral. São Paulo, 18 de julho de 2024. **Jorge Miguel dos Santos** – Presidente Executivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCELLO LANEZA FELICIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 230/2024
PROCESSO nº21.750/2024- UASG 986249 Nº COMPRA 90230/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA), BIÓPSIA E COLONOSCOPIA, PARA O ATENDIMENTO DOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SAÚDE DA FAMÍLIA E CENTROS DE SAÚDE ESCOLA, NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU (PACIENTES AMBULATORIAIS). DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 18 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05 DE AGOSTO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ

CNPJ nº 48.965.164/0001-80
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO 046-2023 - CONTRATO 005-2023 - TP 001-2023 - Termo Aditivo Nº: 001

Contratante: Fundação Universitária de Taubaté - FUST. **Contratada:** FERREIRA E PATRIOTA E CONSTRUÇÕES LTDA - 01.064.300/0001-05. **Prazo:** 120 DIAS - **Objeto:** Fica prorrogado o prazo p/ prestação de serviços de reforma elétrica, manut. hidráulica, manut. de telhado, manut. predial e pintura. **Data da assinatura:** 01/07/2024 - Prof. Dr. Ivair Alves dos Santos - Dir. Presidente-FUST.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-DRS. XV
Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90090/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90090/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00103450/2024-51**, objetivando a compra de **"PAPEL SULFITE" - Entrega Imediata**, para atender Demandas Administrativas da sede do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90090/2024-DRS.XV**, será no dia **02/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-DRS. XV
Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90091/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90091/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00100762/2024-11**, objetivando a compra de **"COPOD DESCARTÁVEL" - Entrega Imediata**, para atender Demandas Administrativas da sede do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90091/2024-DRS.XV**, será no dia **05/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543
Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 10 de maio de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **Agrogalaxy Participações S.A.** ("**Companhia**"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a autorização da celebração do Contrato de Mútuo e Outras Avenças ("**Mútuo**") entre a Companhia e o Agrofundo Brasil X Fundo de Investimentos em Participações ("**Agrofundo Brasil X**"); e **(ii)** a autorização aos membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado o quanto segue: **5.1.** Aprovar, por unanimidade, após o registro da abstenção de voto dos três conselheiros vinculados ao Agrofundo Brasil X, em atenção ao disposto no Estatuto Social e na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia a celebração do Mútuo entre a Companhia, na qualidade de mutuária, e o Agrofundo Brasil X, na qualidade de mutuante, no montante de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a ser desembolsado em duas parcelas iguais, sendo a primeira delas até 10 de maio de 2024; e a segunda até 17 de maio de 2024, nos termos e condições apresentados pela Diretoria. **5.2.** Autorizar, por unanimidade, os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 10 de maio de 2024. Composição da Mesa - Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. Conselheiros presentes: Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustin Romero, Benildo Carvalho Teles, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, Eduardo de Almeida Salles Terra e Welles Clóvis Pascoal. *Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.* São Paulo, 10 de maio de 2024. Mesa: **Sebastian Marcos Popik** - Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves** - Secretária. JUCESP nº 265.285/24-0 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, no uso de suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2024, conforme segue:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2024

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA O GERENCIAMENTO, A OPERACIONALIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS, QUE ASSEGURE A ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA À POPULAÇÃO, BEM COMO QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS PODERÃO INCORPORAR AO CONTRATO DEMAIS UNIDADES QUE VENHAM COMPOR A ESTRUTURA DA APS NO MUNICÍPIO.

Os interessados deverão enviar os DOCUMENTOS e a PROPOSTA TÉCNICA FINANCEIRA, conforme solicitado em edital que serão recebidos até a data da sessão pública, às 09h30min do dia 23 de agosto de 2024, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, nº 73 - Araçatuba/SP.

O Edital estará disponível no Site oficial da Prefeitura Municipal de Araçatuba www.aracatuba.sp.gov.br e os interessados deverão proceder de acordo com as especificações do referido para envio dos documentos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Araçatuba, 17 de julho de 2024.
CARMEM SILVIA GUARIENTE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 636/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 8.687/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ENXOVAL DE BEBÊ.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 19/07/2024 até as 08h30min do dia 31/07/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 31/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 31/07/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 17 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 674/2024
PROCESSO DIGITAL Nº 9.018/2024
EXCLUSIVO PARA ME E EPP
COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, TORNA PÚBLICO a todos interessados que o processo licitatório supracitado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VANS PARA TRANSPORTE DE ARBITRAGEM NOS 66º JOGOS REGIONAIS, tornou-se FRACASSADO.

Araçatuba, 16 de julho de 2024.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 609/2024
PROCESSO DIGITAL Nº 8.234/2024

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO SINE DIE da realização da sessão pública e a recepção das propostas da licitação supra, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS", que ocorreria no dia 24 de julho de 2024 às 08h31min, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL), tendo em vista impugnação do edital.

Araçatuba, 17 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SOROCABA FORO DE SOROCABA 2ª VARA CÍVEL EDITAL DE INTIMAÇÃO PROCESSO DIGITAL N.: 1029094-57.2016.8.26.0602 CLASSE: ASSUNTO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CONTRATOS BANCÁRIOS EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A EXECUTADO: RODRIGO GUEDES DE OLIVEIRA ME E OUTRO EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO N. 1029094-57.2016.8.26.0602 A MM. Juiz de Direito da 2a Vara Cível, do Foro de Sorocaba, Estado de São Paulo, Dra. Alessandra Lopes Santana de Mello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RODRIGO GUEDES DE OLIVEIRA, CPF 320.443.148-78, que por este Juízo tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial movida por Banco Bradesco S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL acerca do bloqueio SISBAJUD em contas de vossa titularidade no valor total de R$ 1.259,54 e para querendo opor impugnação no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo de 20 dias do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sorocaba, aos 12 de setembro de 2023.

edp

Central Solar Novo Oriente III S.A.

CNPJ/MF nº 41.825.337/0001-15 - NIRE 35.300.567.994
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 24 (vinte e quatro) de junho de 2024, às 09h45min, na sede da **Central Solar Novo Oriente III S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 48, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferraroto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: (a) a mudança de endereço da sede da Companhia; (b) a inclusão, no Estatuto Social da Companhia, de previsão de dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976; e (c) consolidação do Estatuto Social da Companhia **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia que passará a se localizar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 104, Lapa de Baixo, CEP: 05069-900. **5.2.** Em virtude da deliberação acima, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 104, Lapa de Baixo, CEP 05069-900." **5.3.** Em seguida, foi aprovada, conforme facultado pelo artigo 202, caput, da Lei das S.A., que a Companhia distribuirá, anualmente, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social imediatamente anterior, caso haja. **5.4.** Em virtude da deliberação acima, fica alterado o artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 20º Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório e não cumulativo de, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado; (b) Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ser feito nos primeiros quatro meses do ano; e (c) O saldo ficará à disposição da Assembleia." **5.5.** Em razão das deliberações acima, o acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação do Anexo I à presente ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Sra. Paula Ferraroto Dalbello - Presidente; Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: Novo Oriente Solar Holding S.A. (representada por Paula Ferraroto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 24 de junho de 2024. Mesa: Paula Ferraroto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 256.900/24-3 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º** Sob denominação de CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE III S.A. (a "Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis Brasil S.A., regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 104, Lapa de Baixo, CEP: 05069-900. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Novo Oriente III a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 138.230.500,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil e quinhentos reais), dividido em 138.230.500 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependerão da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre da Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários emitidos pela Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários emitidos da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívida de devedores da Companhia e qualquer uma de suas controladas; (x) Aprovação de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do Acordo de Acionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com 20 (vinte) dias de antecedência e, em segunda ou terceira convocações, com 5 (cinco) dias de antecedência à data de sua realização. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Da Diretoria: Artigo 10** A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Artigo 11** A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, a qual não poderá ser superior a 1% (um por cento) da Receita Operacional Líquida anual da Companhia. **Artigo 12** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas de Reuniões da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 13** A Diretoria será composta de 02 (dois) a 05 (cinco) membros, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os outros sem designação específica. **Artigo 14** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 15** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, o Diretor assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue ao Diretor Presidente. **Parágrafo 2º** Ocorrendo vaga na Diretoria, compete aos demais Diretores indicar, entre os mesmos, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria. **Parágrafo 3º** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente. **Parágrafo 4º** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma deste Artigo, em seu Parágrafo Terceiro deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 16** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 15, Parágrafo Terceiro, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 17** A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada: (a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; (c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e (d) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, neste caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo 1º** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no parágrafo segundo deste artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo 2º** As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **Capítulo VI - Conselho Fiscal; Artigo 18** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição do Lucro: Artigo 19** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício. **Artigo 20** Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação. (a) Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório e não cumulativo de, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado; (b) Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ser feito nos primeiros quatro meses do ano; e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia. **Artigo 21** Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia. **Artigo 22** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação de Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 23** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Único** Revertem em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação - Artigo 24** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo IX - Foro: Artigo 25** Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNESP CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

AVISO DE LICITAÇÃO – PARTICIPAÇÃO: AMPLA, com PREFERÊNCIA: ME/EPP/EQUIPARADAS

Encontra-se aberto na FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP, UASG 102320, o Pregão Eletrônico nº 02/2024-CM - Processo nº 704/2024-CM, licitação nº 90002/2024 objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A UNESP, PARA DESENVOLVEREM ATIVIDADES APOIADORAS À POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA UNESP - CAMPUS DE MARÍLIA, serviços a serem executados com dedicação exclusiva de mão-de-obra. A realização da sessão pública "online" será no dia 01/08/2024, às 09h00min, junto ao endereço eletrônico (www.compras.gov.br). As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o citado endereço eletrônico, durante o período compreendido entre o dia 18/07/2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília - Unesp, situado na Avenida Hygino Muzzi Filho, nº 737, Mirante, Marília/SP. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO: PREGÃO PRESENCIAL n° 001/2024. Processo Administrativo n° 7.858/2024. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto **A Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina em vias públicas, áreas verdes, estações e terminais do sistema de transporte público, terrenos ou edificações de propriedade municipal e áreas e edificações sob concessão, serviços de roçagem manual de ruas, avenidas, praças, canteiros, rotatórias e áreas públicas, equipe de manutenção de praças, jardins e limpeza de córregos, serviços de limpeza nos locais de feiras livres e eventos, pinturas de guias**. Sessão de Abertura dia 02 de Agosto de 2024 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer mídia para gravação, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br/portal transparência/licitações.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COMUNICADO - CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AGENCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS - APTA REGIONAL
Processo SAA nº 007.00028168/2024-78 - Pregão Eletrônico SAA nº: 90020/2024

O Diretor Técnico da Apta Regional comunica que se encontra aberta na APTA REGIONAL, PREGÃO ELETRÔNICO **FED 90020/2024**, destinado a aquisição de **ÓLEO DIESEL**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de **01/08/2024**, horário 09:00 horas, no sítio www.gov.br/compras. Informações para aquisição/consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas, pelo telefone (19) 3743-3749 ou pelo e-mail mguerrero@sp.gov.br

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543
Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 14 de maio de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **Agrogalaxy Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o relatório da administração e as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) relativos ao período de 03 (três) meses, findo em 31 de março de 2024; e **(ii)** a autorização dos membros da diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta reunião do Conselho de Administração, em forma de sumário. **5.2.** Aprovar o relatório da administração e as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) relativos ao período de 03 (três) meses, findo em 31 de março de 2024, conforme proposta da Diretoria e recomendação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. **5.3.** Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 14 de maio de 2024. Composição da Mesa - Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. Conselheiros presentes: Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustin Romero, Benildo Carvalho Teles, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, Eduardo de Almeida Salles Terra e Welles Clóvis Pascoal. *Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.* São Paulo, 14 de maio de 2024. Mesa: **Sebastian Marcos Popik -** Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves -** Secretária. JUCESP nº 265.284/24-7 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543
Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 21 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 21 de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Agrogalaxy Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a ratificação da autorização da emissão de Cédula de Crédito Bancário pela Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.292.579/0001-76 ("Boa Vista"), realizada em 17 de maio de 2024, em favor do Itaú Unibanco S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/4816-09 ("Itaú"), no valor de R$93.000.000,00 (noventa e três milhões de reais) e vencimento em 26 de outubro de 2026 ("CCB"); **(ii)** a ratificação da autorização da prestação, pela Companhia e por suas subsidiárias, Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.375.630/0001-90 ("Agrocat"), Bussadori, Garcia & Cia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.236.287/0001-16 ("Agro 100"), Grão de Ouro Agronegócios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.722.785/0001-58 ("Grão de Ouro") e Rural Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.947.900/0001-55 ("Rural Brasil" e, em conjunto com Agrocat, Agro 100 e Grão de Ouro, denominadas "Empresas AgroGalaxy"), de aval na CCB emitida pela Boa Vista em favor do Itaú em 17 de maio de 2024; e **(iii)** a autorização dos membros da diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Ratificar a autorização da emissão da CCB pela Boa Vista em favor do Itaú. **5.2.** Ratificar a autorização da prestação, pelas Empresas AgroGalaxy, de garantia fidejussória mediante aval e obrigação como devedoras solidárias, em caráter irrevogável e irretratável, com relação a todas as obrigações principais e acessórias estipuladas na CCB emitida pela Boa Vista em favor do Itaú. **5.3.** Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 21 de maio de 2024. Composição da Mesa - Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. Conselheiros presentes: Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustin Romero, Benildo Carvalho Teles, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, Eduardo de Almeida Salles Terra e Welles Clóvis Pascoal. *Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.* São Paulo, 21 de maio de 2024. Mesa: **Sebastian Marcos Popik -** Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves -** Secretária. JUCESP nº 265.395/24-0 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543
Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **Agrogalaxy Participações S.A.** ("**Companhia**"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **i)** a extensão do prazo para exercício das opções de compra de ações aos beneficiários, a) José Mauricio Mora Puliti, outorgadas pela Companhia no âmbito do 1º e 2º Programas do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e b) Tarcila Reis Corrêa Ursini, outorgadas pela Companhia no âmbito do 2º Programa do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; **ii)** a rerratificação da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de abril de 2024 ("RCA 02.04.2024") para, retificar a atribuição de funções ao Diretor Sr. Marcelo Ematne Amaral, e, ratificar as demais deliberações; **iii)** a recomendação à Assembleia Geral de acionistas da Companhia, da alteração do endereço de sua sede social; **iv)** a ratificação da autorização da prestação, pelas subsidiárias da Companhia, Grão de Ouro Agronegócios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.722.785/0001-58 ("Grão de Ouro"), Rural Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.947.900/0001-55 ("Rural Brasil") e Bussadori, Garcia & Cia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.236.287/0001-16 ("Agro 100" e, em conjunto com Grão de Ouro e Rural Brasil, denominadas "Empresas AgroGalaxy"), de aval nas Cédulas de Produto Rural Financeira ("CPRsF") emitidas por produtores rurais integrantes da carteira de clientes das Empresas AgroGalaxy ("Produtores Rurais") em favor da Agrolend Holding Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 40.186.290/0001-24 ("Agrolend Holding") e da Agrolend Sociedade de Crédito Direto S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 43.774.196/0001-84 ("Agrolend Crédito", e em conjunto com a "Agrolend Holding" denominas "Empresas Agrolend"); **v)** a eleição de novos membros para comporem o Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Pessoas; **vi)** a eleição dos membros do Comitê Financeiro da Companhia; **vii)** a ratificação da contratação de auditoria externa da Companhia; e **viii)** a ratificação da autorização aos membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar a extensão: a) até 31 de dezembro de 2027, do prazo para exercício das opções de compra de ações outorgas pela Companhia ao beneficiário José Mauricio Mora Puliti, no âmbito do 1º e 2º Programas do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de janeiro de 2021 e da Reunião do Conselho de Administração em 28 de setembro de 2021, respectivamente; e b) até 31 de dezembro de 2027, do prazo para exercício das opções de compra de ações outorgas pela Companhia à beneficiária Tarcila Reis Corrêa Ursini, no âmbito do 2º Programa do 1º Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2021. **5.2.** Rerratificar a RCA de 02.04.2024 para: a) retificar o item 5.3 da RCA de 02.04.2024, sendo que, onde constou a atribuição da função de **Diretor Vice-Presidente de Suprimentos** ao Sr. **Marcelo Ematne Amaral**, passe a ser **Diretor de Suprimentos**; e b) ratificar todas as demais deliberações tomadas na RCA de 02.04.2024. **5.2.1.** Em razão da deliberação acima, o Diretor, Sr. **Marcelo Ematne Amaral**, ratifica sua posse em seu cargo, mediante assinatura do respectivo termo de posse, conforme **Anexos I** a presente ata, tendo declarado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, não estar incurso em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que o impeça de exercer administração de sociedade mercantil. **5.3.** Recomendar à Assembleia Geral de acionistas da Companhia a alteração do endereço de sua sede social,, passando este a ser localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, salas de nº 2301 a 2311 do 23º andar do Condomínio Comercial Connect Park Business, Anexo B, Setor Bueno, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74230025. Registra-se que a efetiva alteração do endereço da sede social da Companhia, conforme acima recomendado, não ocorrerá nesse momento, uma vez que dependerá da aprovação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral da Companhia, nos termos acima expostos. **5.4.** Ratificar a autorização da prestação, pelas Empresas AgroGalaxy, de aval, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de responsável solidária com relação a todas as obrigações principais e acessórias estipuladas nas CPRsF emitidas por Produtores Rurais (validados/aprovados pelas Empresas Agrolend) em favor da Agrolend Holding ou da Agrolend Crédito ou de terceiros a quem as CPRsF sejam endossadas, cedidas ou transferidas ("Aval"). As CPRsF foram emitidas no âmbito de operações financeiras realizadas pelos Produtores Rurais junto às Empresas Agrolend ("Operações Financeiras") destinadas à aquisição de insumos pelos Produtores Rurais junto às Empresas AgroGalaxy. Os recursos financeiros provenientes das Operações Financeiras deverão ser pagos pelas Empresas Agrolend diretamente às Empresas AgroGalaxy por conta e ordem dos Produtores Rurais. As CPRsF às quais se outorga o Aval têm as seguintes características: **(i)** valor individual ou total limitado a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e **(ii)** vencimento até 31 de dezembro de 2025. **5.5.** Em razão da renúncia apresentada pela Sra. Tarcila Reis Corrêa Ursini ao cargo de coordenadora e membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e, ao cargo de membro efetivo do Comitê de Pessoas da Companhia, eleger: a) para um mandato unificado a partir da presente data até 28 de fevereiro de 2025, a Sra. **Larissa Yastrebov Pomerantzeff,** para o cargo de coordenadora e membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade da Companhia; b) para um mandato unificado a partir da presente data até 28 de fevereiro de 2025, a Sra. **Marina Godoy da Cunha Alves**, para o cargo de membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade da Companhia; e c) para um mandato unificado a partir da presente data até 29 de junho de 2024, o Sr. **Axel Jorge Labourt**, para o cargo de membro efetivo do Comitê de Pessoas da Companhia. **5.5.1.** A coordenadora e os membros efetivos acima eleitos, são empossados em seus cargos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, conforme **Anexos II**, **III** e **IV**. **5.6.** Eleger, para um mandato unificado de 1 (um) ano, contado a partir da presente da data, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, conforme **Anexos V**, **VI**, **VII** e **VIII** os seguintes membros do Comitê Financeiro da Companhia: a) Sr. **Tomas Agustin Romero**, como coordenador e membro efetivo do Comitê Financeiro; b) Sra. **Larissa Yastrebov Pomerantzeff**, como membro efetivo do Comitê Financeiro; c) Sr. **Axel Jorge Labourt**, como membro efetivo do Comitê Financeiro; e d) Sr. **Eron Martins,** como membro efetivo do Comitê Financeiro. **5.7.** Ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers para a realização dos trabalhos de auditoria externa da Companhia e de suas subsidiárias para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2025 e 2026. **5.8.** Ratificar a autorização e autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos e assinarem todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de abril de 2024. Composição da Mesa: Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. Conselheiros presentes: Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustin Romero, Benildo Carvalho Teles, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, Eduardo de Almeida Salles Terra e Welles Clóvis Pascoal. *Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.* São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: **Sebastian Marcos Popik -** Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves -** Secretária. JUCESP nº 264.317/24-5 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n°40/2024 -** Tipo de Licitação **"Menor Valor Global"**
Processo Administrativo nº 1477/2024 **- Edital de Licitação n° 49/2024**
***OBJETO:* Contratação de empresa para a locação de software para a gestão de jornada de trabalho, registro de ponto, regulamentado pela CLT, a ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Itirapina e suas secretarias pelo prazo de 30 (trinta) meses, irreajustável, com fornecimento de mão - de – obra qualificada, materiais e tudo que for necessário para a consecução dos objetivos estabelecidos no Termo de Referência.**

- *Local:* https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta:* **18 de julho de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até:* **02 de agosto de 2024 –** Horas: **08h 10min.**
- *Início dos lances:* **02 de agosto de 2024 –** Horas: **08h 15min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 17 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES
Secretário Municipal da Administração

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Representantes de cortes constitucionais de países de língua portuguesa se reúnem em Moçambique

Representantes das cortes constitucionais de países de língua portuguesa se reuniram segunda (15) e terça-feira (16), em Maputo, capital de Moçambique, para a VI Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP). Neste ano, o encontro é organizado pelo Conselho Constitucional daquele país, e o ministro André Mendonça representa o Supremo Tribunal Federal (STF) na conferência.

O tema deste ano é "Jurisdição constitucional e outros Poderes". Em sua fala, o ministro André Mendonça destacou a importância do respeito aos princípios fundamentais da Constituição dentro de um Estado Democrático de Direito. Ele abordou as mudanças do mundo contemporâneo e como isso tem afetado as sociedades, o trabalho, o ensino e, também, a atuação jurídica das cortes constitucionais. "Essa mutação foi acelerada pela crise sanitária da covid. Hoje, no Brasil, julgamos mais casos virtualmente do que presencialmente", ressaltou.

O ministro disse ainda que o processo de mutação social exige reflexão sobre o papel do Poder Judiciário, bem como respostas baseadas nas garantias da liberdade e da igualdade. "À luz desses dois valores, precisamos reconhecer que os ideais de liberdade e igualdade irradiam para outros, como os valores do desenvolvimento e do bem-estar. E o grande valor que é capaz de equilibrar e fazer a ponderação entre todos esses direitos fundamentais é o valor da justiça", afirmou.

Mantida prisão de suspeito de liderar organização envolvida com tráfico internacional de drogas

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, no exercício da presidência, manteve a prisão preventiva de um homem apontado como líder de organização criminosa dedicada à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas.

De acordo com as investigações da Operação Terra Fértil, ele estaria envolvido com empresas aparentemente sem existência física e sem registro de empregados, as quais movimentaram R$ 5 bilhões entre 2018 e 2023. A prisão preventiva foi determinada diante da necessidade de desarticular e interromper as atividades do grupo, que continuaria em operação.

O investigado já esteve envolvido em outras operações relacionadas ao tráfico internacional de drogas, como a Veraneio, realizada em 2012; a Dona Bárbara, em 2015; a Flak, em 2019; e a Fluxo Capital, deflagrada em 2022.

Em habeas corpus com pedido de liminar dirigido ao STJ, a defesa alegou ausência de contemporaneidade entre os fatos apurados e os fundamentos usados para justificar a prisão preventiva. A defesa argumentou também que não há elementos concretos capazes de indicar que, solto, o investigado representaria risco para a ordem pública. Além disso, os bloqueios impostos às empresas pertencentes ao investigado já seriam medidas suficientes para evitar eventual reiteração delitiva.

STJ nega liminar a homem condenado por roubo contra empresa de valores

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, no exercício da presidência da corte, negou a liminar em habeas corpus que pede a absolvição de um homem condenado por envolvimento em roubo contra a empresa Prosegur, na cidade de Santos (SP).

Denunciado por participação em organização criminosa e posse de arma de fogo de uso restrito, além do crime patrimonial contra a empresa de guarda e transporte de valores, ele foi condenado a quase cinco anos e meio de prisão, em regime inicialmente fechado. Após o trânsito em julgado da condenação, o habeas corpus impetrado pela defesa na Justiça paulista não foi conhecido.

Em novo habeas corpus, dessa vez endereçado ao STJ, a defesa sustentou que a busca domiciliar e as provas obtidas por derivação seriam ilícitas, já que estariam amparadas apenas na confissão extrajudicial de um corréu – que foi posteriormente negada em juízo. Segundo a defesa, não teria havido diligências prévias, autorização judicial ou concordância dos proprietários para a entrada de policiais nos imóveis alvo da investigação, circunstância que deveria determinar a nulidade das provas e, por consequência, a absolvição do acusado.

Ausência de constrangimento ilegal impede concessão do pedido

Ao negar o pedido de liminar, o ministro Og Fernandes afirmou não verificar a ocorrência de hipótese que justifique a concessão da medida. Para o vice-presidente, o acórdão indica expressamente os motivos pelos quais o tribunal estadual concluiu pela inexistência de ilegalidade manifesta, assim como pela regularidade da condenação.

Mulher que mora com a filha não terá de indenizar ex-marido pelo uso de imóvel comum

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que uma mulher não precisará pagar aluguéis ao ex-marido pelo uso do imóvel comum. O colegiado considerou que a indenização seria cabível apenas em caso de uso exclusivo do bem, mas essa hipótese foi afastada, pois o local também serve de moradia para a filha do antigo casal.

Relatora do recurso especial, a ministra Nancy Andrighi destacou a possibilidade de conversão de eventual indenização em parcela in natura da prestação de alimentos, sob a forma de habitação.

Após a separação, o homem ajuizou ação pedindo o arbitramento de aluguéis contra a ex-esposa, que continuou vivendo com a filha comum na residência que pertencia a ambos. Ao verificar que os ex-cônjuges ainda não haviam feito a partilha de bens, o juízo de primeiro grau negou o pedido. Segundo ele, a partilha seria necessária para definir a possível indenização pelo uso do imóvel.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reverteu a decisão e determinou o pagamento, para impedir o enriquecimento ilícito da ex-esposa. A corte estadual avaliou que ela estaria utilizando o imóvel de forma exclusiva.

Ao analisar o recurso no STJ, Nancy Andrighi observou que a jurisprudência da corte admite a cobrança de aluguéis entre ex-cônjuges quando um deles faz uso exclusivo do imóvel comum, inclusive antes da partilha de bens. No entanto, a relatora apontou que o imóvel em questão é compartilhado entre a mãe e a filha comum, circunstância que afasta a existência de posse exclusiva e o direito à indenização.

STJ nega pedido para suspender decisão que impediu regime semiaberto para líder do PCC

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, no exercício da presidência, negou liminarmente pedido de habeas corpus para restabelecer os efeitos da decisão que autorizou integrante de facção criminosa a cumprir pena no regime semiaberto, em presídio federal.

Membro da alta cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC), Eric Oliveira de Farias, conhecido como Eric Gordão, foi condenado a 30 anos de prisão pelas acusações decorrentes da Operação Ethos. No curso da execução penal, a pedido da defesa, o Juízo Federal Corregedor da Penitenciária Federal de Campo Grande concedeu a Eric a progressão para o regime semiaberto, com "regresso do interno ao juízo de origem".

O Ministério Público Federal (MPF) interpôs agravo em execução alegando que o cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima por motivo de segurança pública não seria compatível com a progressão de regime prisional. Sustentou, também, a impossibilidade de o juízo federal corregedor conceder progressão em dissonância ao juízo de origem do preso. O MPF também ajuizou ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao agravo em execução penal, pedido que foi atendido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

(Foto: TSE)

O ministro Og Fernandes, ao negar liminarmente o habeas corpus, registrou que o pedido não poderia ser acolhido uma vez que não se admite habeas corpus contra decisão que deferiu liminar para conceder efeito suspensivo a recurso na origem.

Inconformada, a defesa de Eric impetrou habeas corpus no STJ para cassar o efeito suspensivo conferido ao recurso do MPF, sob a alegação de que ele teria cumprido todos os requisitos legais para a progressão do regime, enfatizando o cumprimento de 1/6 da pena e o bom comportamento. A defesa disse que ele se encontra em presídio federal há quase oito anos, e que seria "incabível manter a competência do juízo de origem para análise acerca da concessão da sua progressão de regime".

Decisões de origem não se revelam irregulares

O ministro Og Fernandes, ao negar liminarmente o habeas corpus, registrou que o pedido não poderia ser acolhido uma vez que não se admite habeas corpus contra decisão que deferiu liminar para conceder efeito suspensivo a recurso na origem.

No caso em análise, o ministro aplicou, por analogia, a Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal (STF), citando precedentes do STJ que decidiram de maneira equivalente, como o HC 874.075 e o HC 794.156.

Por fim, o vice-presidente explicou que não observou ilegalidades que excepcionem a aplicação da Súmula 691/STF, visto que, nesta fase da análise, "as decisões de origem não se revelam anômalas".

Partidos pedem suspensão da privatização e do novo contrato da Sabesp com Município de São Paulo

(Foto: Carlos Moura/SCO/STF)

Ministro Edson Fachin, presidente em exercício do STF, pediu informações às autoridades municipais. A medida é de praxe, prevista em lei, e visa subsidiar a análise do caso.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Rede Sustentabilidade, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Verde (PV) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) questionam no Supremo Tribunal Federal (STF) a assinatura de um novo contrato de concessão da Prefeitura de São Paulo com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que está em processo de privatização.

Na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1180, os partidos pedem a suspensão da Lei municipal 18.107/2024, que autoriza a celebração de contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do contrato de concessão com a Sabesp e do cronograma de privatização da estatal.

Para os partidos, faltam estudos técnicos sobre os impactos orçamentários da medida. Outro argumento é a ausência de normas de proteção ambiental e o regramento ineficaz da política tarifária a ser aplicada. Nesse último ponto, sustentam que a lacuna abriria brecha para decisões arbitrárias, deixando a população "mais suscetível às ingerências do governo de ocasião".

Apontam ainda uma situação de insegurança econômico-jurídica aos cofres municipais, uma vez que, ao final do contrato, a Sabesp estará sob o controle da iniciativa privada, e é possível que a prefeitura se torne devedora dos investimentos eventualmente realizados e não amortizados durante a sua vigência.

Por fim, as legendas sustentam que a celebração de contrato com uma companhia prestes a sair do controle acionário do Poder Público viola a exigência constitucional de abrir licitação.

Motorista de aplicativo pode ser suspenso imediatamente por ato grave, mas plataforma deve garantir defesa posterior

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não existe impedimento para que a plataforma de aplicativo de transporte individual suspenda imediatamente a conta de motorista em razão de ato considerado grave, ainda que a empresa deva oferecer a possibilidade de posterior exercício de defesa visando ao recredenciamento do profissional.

Esse foi o entendimento do colegiado ao negar recurso de motorista excluído da plataforma de transporte por aplicativo 99 por suposto descumprimento do código de conduta da empresa. De acordo com os autos, o profissional teria encerrado corridas em locais totalmente diferentes daqueles solicitados pelos passageiros, sem qualquer justificativa.

Após ter sua ação julgada improcedente em primeiro e segundo graus, o motorista recorreu ao STJ e argumentou que o rompimento do vínculo entre as partes foi feito de forma abrupta, sem notificação prévia e sem respeito ao direito do contraditório e da ampla defesa.

Mais de 1,5 milhão de brasileiros trabalham por meio de aplicativos

A ministra Nancy Andrighi, relatora, explicou que a hipótese dos autos não envolve relação entre a plataforma e o usuário do aplicativo, motivo pelo qual não é aplicável o Código de Defesa do Consumidor.

Ainda segundo a ministra, até o momento, não foi reconhecida a existência de vínculo empregatício entre os profissionais prestadores de serviços e as plataformas, de modo que a Terceira Turma reconhece essa relação como civil e comercial, prevalecendo a autonomia da vontade e a independência na atuação de cada parte (REsp 2.018.788).

STF valida MP que permite capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por maioria, trecho de uma Medida Provisória (MP) que permite a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. Nessa operação, a instituição financeira calcula juros sobre os valores principais e sobre os próprios juros mensais devidos pelo empréstimo. Por isso, costuma ser chamada de "juros sobre juros".

A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 28/5, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2316, apresentada pelo Partido do Liberal (PL) contra o artigo 5º da MP 2170-36/2000. Para a legenda, a matéria está relacionada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, portanto, sua regulamentação deveria ter ocorrido por meio de lei complementar, e não de MP.

Mas o relator do processo, ministro Nunes Marques, explicou que a MP trata somente de periodicidade da capitalização dos juros nos contratos de empréstimos, e, por isso, não era preciso uma lei complementar para regular o tema. De acordo com a jurisprudência do STF, a lei complementar só é obrigatória para regulamentar a estrutura do SFN.

O relator destacou, ainda, que o STF, no Tema 33 da repercussão geral, considerou que os requisitos de relevância e urgência foram cumpridos na edição dessa MP. Além disso, lembrou que o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é de que a regra é válida, desde que pactuada de forma expressa e clara.

A única divergência foi a do ministro Edson Fachin, para quem a edição de uma MP exclui a possibilidade de debate sobre o tema e, por isso, a discussão deveria ser reaberta no Congresso Nacional com processo legislativo de lei complementar.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676